

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA LÚCIA DA SILVA PEREIRA

**MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS: A FORÇA DA
“COMUNIDADE”**

**FLORIANÓPOLIS/SC
2007**

ANA LÚCIA DA SILVA PEREIRA

**MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS: A FORÇA DA
“COMUNIDADE”**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito parcial
para a obtenção do título de Assistente Social.
Orientado por: Maria Teresa Santos.**

**FLORIANÓPOLIS/SC
2007**

ANA LÚCIA DA SILVA PEREIRA

**MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS: A FORÇA DA
“COMUNIDADE”**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço
Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Profa. Maria Teresa Santos
Orientadora

Prof. Zulamar Maria de Bittencourt e Castro
1º Membro Examinador

Prof. Vânia Manfroi
2º Membro Examinador

Florianópolis, 29 de fevereiro de 2008

RECONHECIMENTO

À Professora Maria Teresa

Pela paciência e pelo estímulo constante.

Às amigas Mariane, Lédia, Juliana

A presença de vocês tornou a jornada mais amena.

Aos entrevistados

Pela confiança e disposição.

A Renato, Gustavo e Guilherme

Pela compreensão e pelo amor.

À minha família

Por sempre acreditar em mim.

Ao NESSOP

Às Professoras Iliane, Vera e Zulamar e a todas as estagiárias com quem convivi,
agradeço a amizade e a aprendizagem compartilhada.

E a todas as colegas de curso que fizeram parte da minha trajetória.

...uma pessoa só pode ser verdadeiramente um cidadão quando quer o bem geral, não o seu bem particular.

Rousseau

O homem não realiza sua livre individualidade, a não ser pela complementação com todos os indivíduos que o rodeiam e somente graças ao trabalho e ao poder coletivo da sociedade (...) o homem é ao mesmo tempo o mais individual e o mais social de todos os animais.

Guérin

RESUMO

O presente estudo pretendeu discutir aspectos referentes ao movimento sociocomunitário, no sentido de vislumbrarmos qual a percepção que as lideranças comunitárias têm sobre o movimento de que fazem parte. O objetivo do presente estudo consistiu em identificação e análise do significado da participação no movimento sociocomunitário para as lideranças atuantes no mesmo; conhecer e analisar as trajetórias de participação das diferentes lideranças; contribuir na reflexão sobre o movimento sociocomunitário como uma categoria de análise e identificar possíveis demandas de atuação do NESSOP junto ao movimento sociocomunitário. Nesse sentido, foi elaborado um perfil das lideranças comunitárias e um perfil de associações de moradores e conselhos comunitários, filiados a UFECO, verificando de que modo se deu a inserção dos mesmos no movimento. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa consistiu em pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e formulários, assim a pesquisa pode ser considerada do tipo qualitativo, possuindo base empírica. O trabalho está estruturado de forma que, ao longo de uma discussão teórica, entremeado por depoimentos dos sujeitos entrevistados, conseguimos verificar que falta compreensão para as lideranças comunitárias acerca do movimento que participam, demonstrando que o curso de formação de lideranças é fundamental para que haja uma ampliação de conhecimentos para os sujeitos atuantes no movimento.

Palavras-chaves: Associativismo Civil; Movimento Sociocomunitário; Participação; Comunidade.

LISTA DE ABREVIATURAS

APP – Área de Preservação Permanente

APUFSC – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CONDEMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente

DSS – Departamento de Serviço Social

FAMESC – Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina

FUCADESC – Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEL – Movimento Ecológico Livre

NEDC – Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário

NEN – Núcleo de Estudos Negros

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

ONG – Organização Não-Governamental

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNCSU – Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos

PT – Partido dos Trabalhadores

SAC – Supervisão de Ação Comunitária

UCE – União Catarinense de Estudantes

UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional de Estudantes

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Fundação das Organizações Comunitárias vinculadas à UFECO – 2007	34
Gráfico 2	Duração do Mandato da Diretoria das Organizações Comunitárias vinculadas à UFECO-2007	35
Gráfico 3	Tempo de Permanência das Lideranças na Diretoria das Organizações Comunitárias vinculadas à UFECO-2007	36
Gráfico 4	Estado Civil e Sexo das Lideranças Comunitárias da UFECO-2007.....	36
Gráfico 5	Idade e Sexo das Lideranças Comunitárias da UFECO-2007	38
Gráfico 6	Escolaridade e Profissão das Lideranças Comunitárias da UFECO-2007	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Nas tramas do movimento sócio-comunitário em Florianópolis: associativismo civil, UFECO e NESSOP	15
1.1 Associativismo civil em Florianópolis	15
1.2 Organizações Comunitárias	19
1.3 Comunidades Eclesiais de Base	23
1.4 Histórico da UFECO e suas principais lutas	26
1.5 Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP	30
2. As organizações comunitárias e suas lideranças: participação no “movimento sócio-comunitário” em Florianópolis	33
2.1 Perfil das Organizações	33
2.2 O significado da participação	39
2.3 “Liderança Comunitária tem que se integrar”	44
3. Movimento sócio-comunitário e comunidade: a comunidade na perspectiva das lideranças	51
3.1 Florianópolis: um breve resgate do surgimento do movimento social	51
3.2 Movimentos Sociais: entre as necessidades sociais e a efetivação da democracia	53
3.3 Movimentos Sociais e a noção de Comunidade	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERENCIAS	69
ANEXO A	75
Estatuto UFECO	
APENDICES	76
A Roteiro de questões para entrevista das lideranças	77
B Roteiro de questões para o perfil das lideranças	78

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta, como objeto de estudo, o movimento sociocomunitário, buscando descobrir a concepção das lideranças relativamente à participação, visão e inserção no movimento sociocomunitário em Florianópolis/SC. Como eixo norteador, utilizam-se as concepções de “movimento comunitário e participação”.

Para tanto, se faz uso da definição formulada por Silveira (2000, p. 229) sobre movimento social, que o entende como “a ação conjunta de homens, a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais (privilégios, valores, normas e regras)”. Bem como se toma como referencial teórico a abordagem de Lüchmann, Nobre, Carvalho e Martins (2004) sobre movimento sociocomunitário, o qual

empreende esforços no sentido de fortalecer e articular as diversas formas de organizações existentes, além de propor junto ao poder público municipal medidas que visam uma maior participação política e uma gestão mais democrática, envolvendo todos os setores da sociedade civil na tomada das decisões referentes às questões da cidade.

A opção pela temática deste trabalho é fruto das ações realizadas durante os estágios curriculares não-obrigatório e obrigatório, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Nos períodos de maio a dezembro de 2006 e fevereiro de 2007, realizei o estágio não-obrigatório, que objetivava a “aproximação empírica com os diferentes espaços sócio-institucionais, onde são realizados os processos de intervenção do Serviço Social; observação da realidade social, a partir da qual se processam as demandas ao Serviço Social” (Diretrizes de estágio curricular do curso de Serviço Social da UFSC, março/2006).

Todo o estágio foi desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFSC. Esse núcleo realiza, desde 1990, atividades de assessoria e capacitação sociopolítica junto aos diferentes atores coletivos do movimento sociocomunitário de

Florianópolis, destacando-se as associações de moradores, os conselhos comunitários e a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO. A caracterização do NESSOP será realizada no item 1.5 deste trabalho.

As ações realizadas no período do estágio não-obrigatório foram as seguintes: mobilização e apoio no evento “IV Fórum da Cidade”; apoio e observação participante nas aulas quinzenais do “Curso de Formação de Lideranças Comunitárias”; apoio e mobilização para a sétima edição do projeto “Experiências em Cena”; participação na elaboração do planejamento para o biênio 2007/2008 do NESSOP.

No período de março a julho de 2007, realizou-se o estágio curricular obrigatório, o qual possui como finalidades:

O fornecimento de subsídios necessários ao aprendizado e a formação profissional do acadêmico de Serviço Social; [...] desenvolvimento de postura investigativa como inerente à sistematização teórico-prática do exercício profissional, em termos de realidade social e as mediações que perpassam o exercício profissional; [...] contribuição para articulação entre a UFSC, a comunidade, os movimentos sociais, as Organizações Públicas, Privadas e/ou não-governamentais [...] (Diretrizes de estágio curricular do curso de Serviço Social, março/2006).

Nesse estágio foi efetivado o projeto de assessoria e capacitação sociopolítica de lideranças no movimento sociocomunitário. A intervenção foi realizada a partir da demanda apresentada pela UFECO para o NESSOP, oriunda da discussão que acontece em Florianópolis acerca do Plano Diretor Participativo e Integrado. Esse plano tem como princípios constitucionais fundamentais – norteadores à função social da propriedade – o desenvolvimento sustentável, as funções sociais da cidade, a igualdade e justiça para todos e a participação popular. Ele prevê nas suas diretrizes gerais: a garantia do direito à cidade sustentável; a gestão democrática; a ordenação e controle do uso do solo; a distribuição justa de benefícios e ônus no processo de urbanização; e a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, através da criação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. O processo de construção do Plano Diretor foi fortalecido, inicialmente, com a promulgação da Lei Federal 10.257 de 2001, a qual ficou conhecida como Estatuto da Cidade. Essa lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e, a partir de sua

promulgação, fornece as diretrizes para a política urbana do país (Plano Diretor Participativo, 2004).

Nesse sentido, com o intuito de qualificar as lideranças comunitárias para a discussão das temáticas relacionadas com o Plano Diretor, foram realizados seminários no Município de Florianópolis, divididos por quatro regiões: Sul, Continente, Norte e Centro. Discutiram-se quatro temas: saneamento ambiental; gestão democrática da cidade; regularização fundiária – Zonas Especiais de Interesse Social; e capacidade de ocupação espacial do município. Com a inclusão de um seminário-síntese, aberto a participantes de todas as regiões, para discussão de todas as propostas dos seminários regionais e a construção de um documento-síntese, para o direcionamento da participação da UFECO no período de votação e aprovação do Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis.

No decorrer dos seminários regionais, aconteceram depoimentos de algumas lideranças comunitárias, enfatizando suas trajetórias e inserção no movimento comunitário. Isso veio ao encontro do que eu havia empiricamente percebido no decorrer do estágio – que a inserção no movimento comunitário se dava a partir de uma necessidade, que podia ser pessoal ou coletiva, e da vontade de fazer alguma coisa para melhorar a situação do local de moradia.

Esses depoimentos reforçaram o objeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, voltado à participação das lideranças comunitárias no movimento sociocomunitário, bem como propiciaram verificar de que modo se deu a inserção dessas lideranças no movimento. Sendo que esta pesquisa compõe a pesquisa em realização pelo NESSOP, denominada “O movimento sócio-comunitário em Florianópolis; perfil, sujeitos e expressões (1997-2006)”, consistindo nas primeiras aproximações ao objeto geral da pesquisa em questão. Para tanto, foram estabelecidos para esta pesquisa alguns objetivos.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar o significado da participação no movimento sociocomunitário, para suas lideranças.

Para a realização dessa proposta, foram definidos os seguintes objetivos específicos: elaborar o perfil de associações de moradores e conselhos comunitários, filiadas à UFECO; conhecer/analisar as trajetórias de lideranças comunitárias; identificar as trajetórias de participação das diferentes lideranças; identificar como as lideranças denominam o movimento de que participam; contribuir na reflexão sobre o

movimento sociocomunitário como uma categoria de análise; e identificar possíveis demandas de atuação do NESSOP junto ao movimento sociocomunitário.

Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada, além de levantamento bibliográfico sobre os temas estudados, exigiu o emprego de alguns procedimentos de coleta e análise de dados primários e secundários, como: *pesquisa documental de fontes primárias*: os documentos consultados foram os das associações de moradores e conselhos comunitários fornecidos pela UFECO, com o propósito de elaborar o perfil das organizações comunitárias; *entrevistas semi-estruturadas* com lideranças comunitárias identificadas a partir de critérios definidos para a seleção das mesmas (três entrevistados), com a utilização de um roteiro de questões abertas (Apêndice A), com o objetivo de traçar a trajetória por elas vivida no movimento comunitário; *formulários* foram aplicados com questões abertas e fechadas (Apêndice B), com o intuito de elaborar o perfil das lideranças comunitárias¹.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o tamanho da amostra de entrevistas foi determinado antes pela conveniência do que pela representatividade puramente estatística. Devido ao curto espaço de tempo para realizar este trabalho, optou-se por, num primeiro momento, entrevistar três lideranças comunitárias que tivessem atuações mais significativas, identificadas a partir dos depoimentos nos seminários temáticos, onde houvesse representantes dos sexos masculino e feminino, e de membros e não-membros da diretoria da UFECO.

A entrevista foi escolhida como instrumento de pesquisa, devido à sua capacidade de captar questões complexas de um modo mais aprofundado (KERLINGER, 1980). Sua forma semi-estruturada foi escolhida por auxiliar na condução da entrevista, no sentido de alcançar o objetivo pretendido, garantindo a organização dos conceitos previamente utilizados no roteiro e que nenhum item ou pergunta fosse esquecido no decorrer da entrevista. As entrevistas duraram cerca de uma hora cada uma, e todas foram gravadas e transcritas².

Os sujeitos envolvidos nas entrevistas, para manter o anonimato, serão doravante identificados neste trabalho por Sujeito 1, Sujeito 2 e Sujeito 3.

¹ Os questionários para as lideranças foram aplicados durante a realização da eleição para diretoria da UFECO, no dia 28/11/07, quando foram contatados, preferencialmente, presidentes de organizações comunitárias, além de outros membros das associações de moradores e conselhos comunitários, que foram delegados pelas organizações comunitárias como votantes.

² Nas transcrições, as palavras foram grafadas conforme a norma padrão. Todos os entrevistados autorizaram, por escrito, a realização e a gravação da entrevista, e não demonstraram preocupação com a identificação, mas para esse trabalho optou-se por não identificá-los.

Sujeitos	Sexo	Idade	Naturalidade/Estado	Estado Civil	Escolaridade
1	Masculino	43	Santa Catarina	União Estável	Ensino Médio
2	Feminino	54	Paraná	Divorciada	Superior
3	Masculino	49	Paraná	Casado	Ensino Médio

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa/empírica e, segundo Minayo (2000, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificável, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos os quais não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Este trabalho está organizado em três seções. A primeira seção trata do histórico do associativismo civil e das organizações comunitárias em Florianópolis, buscando esclarecer as concepções existentes. Em função da importância que teve para os movimentos sociais em Florianópolis, é enfocado o perfil das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Bem como é traçado o histórico da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO e do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP.

Na segunda seção, discorre-se a respeito do sentido da participação para as lideranças e do papel que possuem, considerando como eles se vêem e como vêem o processo de participação no movimento comunitário. Utilizam-se, também, alguns referenciais teóricos a respeito de participação e liderança comunitária, no sentido de estabelecer, em linhas gerais, uma análise do perfil das lideranças e do perfil das organizações comunitárias.

Na terceira seção, é focalizado o movimento social e, dentro dele, o movimento sociocomunitário. Por consequência, se trabalha com o tema “comunidade”, tema recorrente, observado na coleta de dados.

Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas na fundamentação teórica deste trabalho.

1. NAS TRAMAS DO MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS: ASSOCIATIVISMO CIVIL, UFECO E NESSOP.

O objetivo desta seção é abordar, brevemente, o associativismo civil, no que se refere às associações de moradores e conselhos comunitários em Florianópolis, destacando o surgimento dessas organizações e a unificação de algumas entidades numa organização municipal, denominada União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO.

Nesse sentido, compreender a noção de associativismo civil é condição para também compreendermos a importância da associação de pessoas com a finalidade de lutar coletivamente pela satisfação de suas necessidades, bem como pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

1.1 Associativismo Civil em Florianópolis

A difusão do associativismo é uma manifestação da sociedade moderna, complexa e interdependente. Suas causas principais estão no processo de industrialização, urbanização e instauração do regime democrático. Anteriormente, a família e a igreja cumpriam o papel de satisfazer à segurança pessoal e ao convívio social dos indivíduos, de controlar a auto-expressão e a ação coletiva, para alcançar determinadas metas (NAZZARI; SILVA, 2005, p. 36).

O associativismo existente no período anterior à Independência do Brasil, segundo Avritzer (1996), foi um associativismo de natureza religiosa, no qual se destacavam as Santas Casas de Misericórdia, cuja estrutura organizacional era totalmente homogeneizadora. Após a Independência, o associativismo assume as feições colocadas pelas lojas maçônicas³, o que não modificou os padrões tradicionais de associativismo. Havia a pretensão de conciliar a maçonaria com a religião, onde seus participantes não se pautavam por um padrão laico e pluralista. No final do século XIX, o associativismo começa a se assemelhar com um associativismo sindical.

³ Historicamente, a maçonaria constituiu uma forma de associativismo que rompeu com a identidade medieval entre estamento e organização, bem como com o pressuposto religioso do associativismo, ao transformar a laicidade em critério para adesão. (PIRES, 2006, p. 10). Segundo o dicionário Aurélio, “a maçonaria é uma sociedade parcialmente secreta, cujo objetivo principal é desenvolver o princípio da fraternidade e da filantropia [...]” (2004, p. 1244).

Os sindicatos surgiram, segundo Silveira (2000, p. 253), nos primeiros anos do século XIX, influenciados pelas idéias anarquistas trazidas pelos imigrantes europeus, que marcariam o movimento operário de forma majoritária, até o início dos anos de 1920. O associativismo se assemelhava ao associativismo sindical, no sentido em que a classe trabalhadora estava se organizando não só para a luta por melhores condições de trabalho, como também por moradia, por melhores condições de vida.

A história do associativismo civil em Florianópolis começa a adquirir força na década de 60, no período anterior ao golpe militar de 1964, quando ocorreram as primeiras mobilizações populares. Em Florianópolis, inicia-se a organização dos movimentos estudantil e sindicalista, e de uma associação de mulheres com caráter político. Essas organizações, incluindo o movimento sindicalista, que inicialmente possuía um caráter mais assistencialista, no decorrer desse período foram se tornando mais politizadas. Mas, com o golpe militar de 1964⁴, a organização da sociedade civil passa a ser reprimida. Algumas organizações foram fechadas, e o crescimento das que conseguiram sobreviver foi muito pequeno, nesse período⁵ (SCHERER-WARREN e CHAVES, 2004).

É importante destacar que, concomitantemente, na década de 60, o "desenvolvimento de comunidade" tomava força. Em Santa Catarina, ele se traduziu, inicialmente, em experiências locais na área rural, bem como na periferia urbana de Florianópolis. Nesse período, iniciou-se um projeto nessa área, de âmbito local, de iniciativa do curso de Serviço Social da UFSC, fazendo brotar uma nova dinâmica no conjunto de relações sociais das populações que viviam nas áreas citadas, incentivando uma ação coletiva voltada para a auto-organização e para a melhoria de suas condições de vida (CASTRO, 1997, p. 13).

É importante, neste momento, compreendermos no que consistiu o desenvolvimento de comunidade e como podemos relacioná-lo com o associativismo. De acordo com Souza (1987), o desenvolvimento de comunidade consiste num processo pedagógico de ação junto às comunidades. Na origem, as suas características e justificativas apontavam o rural como espaço próprio dessa prática; posteriormente, a

⁴ No início do ano de 1964, uma grave crise assolou o Estado populista. Essa crise foi consolidada por vários motivos, dentre eles estavam a falta de apoio da elite, que diminuiu seus investimentos, agravando os problemas econômicos; e os Estados não tinham um direcionamento em relação ao lado que deveriam seguir, se era o da moderação ou do radicalismo. A situação se encontrava insustentável, então foi colocado em prática, no dia 31 de março de 1964, o golpe militar contra o governo legalmente constituído de João Goulart. Uma junta militar assumiu o poder e o Congresso declarou vago o posto presidencial, submetendo o Brasil a uma ditadura que durou de 1964 a 1985 (www.cpdoc.fgv.br).

⁵ Para um aprofundamento das informações, consultar: SCHERER-WARREN, 2004.

sua predominância se deu no espaço urbano. Uma das suas perspectivas definia-se como um processo educativo, em função da organização social da população comunitária para o enfrentamento dos seus interesses e preocupações e, conseqüentemente, ampliação das suas condições de cidadania. “O desenvolvimento de comunidade é uma forma e um processo de cooperação social” (SOUZA, 1987, p. 21), e nesse sentido podemos entender que o desenvolvimento de comunidade visava o associativismo, como uma forma para superar e enfrentar problemas em comum⁶.

Segundo Scherer-Warren, é a partir de 1978 que há uma revitalização da sociedade civil florianopolitana, por meio da defesa das questões de cunho mais social e político. O tipo de associativismo que continuou ainda a ter um crescimento considerável foi o vinculado a atividades culturais, esportivas e de lazer (p. 24).

É necessário, para um melhor entendimento de associativismo civil, compreendermos o conceito de sociedade civil, a partir dos estudos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 22), o qual expõe

que a sociedade civil é composta por uma grande heterogeneidade de atores civis (incluindo atores conservadores), com formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns), e uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes. Com efeito, ‘... a sociedade civil não é um ator coletivo e homogêneo [...] é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais, com frequência opostos entre si, que atuam em diferentes espaços públicos e que, via de regra, tem seus próprios canais de articulação com os sistemas político e econômico. Isso quer dizer que a sociedade civil está entrecruzada por múltiplos conflitos e que ela é, em todo caso, uma *arena de arenas* [grifo dos autores] e não um território da convivência pacífica e não conflituosa’.

A organização da sociedade civil torna-se um critério imprescindível para a superação de todo tipo de relação autoritária, no sentido de não apenas evitar a manipulação das massas pelos políticos profissionais, tornando-os efetivos

⁶ O Desenvolvimento de Comunidade – DC como disciplina foi introduzida no currículo de Serviço Social em 1945. Dois anos depois passou a chamar-se “Organização Social da Comunidade” e foi operacionalizada de forma a preparar técnicos capazes de promover a racionalização entre recursos e necessidades localizados. No início dos anos 1950, o ensino de DC estava difundido em todas as Escolas de Serviço Social, embora não ocorresse unanimidade quanto ao nome da disciplina no currículo: “Organização de Comunidade”, “Serviço Social de Comunidade”, “Serviço Social de organização de comunidade”, “Desenvolvimento e Organização de Comunidade e técnicas auxiliares” e, finalmente, “Desenvolvimento de Comunidade”. Para saber mais sobre o tema, ver Ammann, 1991; Arcoverde, 1994; Souza, 1987; Wanderley, 1998.

representantes da sociedade, como também, e principalmente, para que a participação decisória da população nas coisas públicas e o exercício da cidadania como um direito tornem-se concretos e reais (LÜCHMANN, 1997).

O associativismo civil é uma das formas encontradas pelos sujeitos sociais para enfrentar seus problemas. Sendo essa uma das formas de participação na esfera pública, que possibilita a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos, e para a criação de novos valores e normas para a vida associativa. Através do associativismo, a população passa a se organizar, no sentido de manter relações, neste caso, dentro do espaço de moradia.

Como o termo "associativismo" compreende uma grande variedade de grupos com diferentes propósitos e modos constituintes, onde diferentes tipologias podem ser construídas, para melhor compreensão do tema se utiliza o conceito de Scherer-Warren e Rossiaud (1999, p. 15):

As associações civis são formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizadas dentro de um determinado território e criadas pelos sujeitos sociais, que se organizam, coletivamente, em torno de identificações comuns, de propostas para melhoria da qualidade de vida, para defesa dos direitos de cidadania, para reconstrução comunitária, para a participação na gestão de bens e serviços públicos, contra a degradação ambiental, e questões de natureza semelhante.

Segundo Scherer-Warren (2001), uma das principais formas de associativismo civil, no Brasil, são as Associações Comunitárias, utilizadas pelos moradores como um meio para encaminharem suas reivindicações de melhoria da infra-estrutura do bairro ou da comunidade de referência; para a melhoria da qualidade de vida (na saúde, educação, lazer, meio ambiente, etc.); para reconhecimento de suas tradições culturais (pela promoção de eventos, festas, festivais, etc.). Incluem-se nessa categoria desde as antigas Sociedades Amigos de Bairro, os Conselhos Comunitários (criados por iniciativas governamentais, mas que, na prática, muitas vezes se confundem com as associações criadas por iniciativa da sociedade civil), as mais recentes Associações de Bairro, de Moradores ou de Favelados e grupos locais de defesa cultural (p. 42).

As outras formas de associativismo civil, consideradas principais para a autora, são, primeiramente, a *mútua ajuda*, que desenvolve ações no campo da solidariedade com segmentos sociais específicos, como crianças de rua, idosos, aidéticos, alcoólicos, entre outros (Situam-se entre o associativismo assistencialista e o associativismo de

defesa da cidadania). Seguem-se as *associações de classe*, caracterizadas por sindicatos e associações profissionais na luta pela defesa de interesses de uma categoria específica de trabalhadores; e as *Organizações não-governamentais (ONGs)* que trabalham com grupos carentes ou na defesa e conquistas de soluções para problemas relacionados com o meio ambiente, a mulher, o negro, entre outros (Fazem também um trabalho de mediação com caráter educacional, político, assessoria técnica, apoio material ou logístico para o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar social ou a construção da cidadania). Em terceiro lugar estão as *Organizações de defesa da cidadania*, que são grupos sem institucionalidade (registro em cartório), que lutam pelo seu reconhecimento na esfera pública, pela melhoria da qualidade de vida e pela defesa de direitos; e o *Associativismo de base religiosa*, que está em conexão com uma religião institucionalizada, onde seus sujeitos estão identificados com seus princípios normativos. Esta última é uma das formas mais antigas e se desenvolveu a partir de várias religiões, principalmente em relação à filantropia. Essa divisão das formas associativas é dada com base nas principais funções que as organizações comunitárias desempenham ou nos interesses principais que as fizeram surgir.

Para Avritzer, Recáman e Venturi (2004, p. 22), as associações podem estar ligadas: 1) a questões comunitárias; 2) ao mundo do trabalho; 3) aos direitos de cidadania para segmentos sociais específicos e discriminados; 4) à ação filantrópica e de auto-ajuda, aos grupos culturais e de jovens.

Neste trabalho se privilegia a discussão acerca das organizações comunitárias.

1.2 Organizações Comunitárias

Na perspectiva deste estudo, trabalha-se com a noção de movimento comunitário, considerando como sujeitos coletivos que o compõem as associações de moradores, os conselhos comunitários e também com a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, a qual tem sua ação no sentido da unificação das necessidades das organizações comunitárias. Neste trabalho, será utilizada a expressão “organizações comunitárias” referindo-se às associações de moradores e aos conselhos comunitários.

A unificação que a UFECO busca é um tipo de associativismo que apresenta como especificidade a articulação e organização de moradores, tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O compartilhamento do local de moradia (ser morador do

bairro, região, município) é o elemento de identificação e, ao mesmo tempo, de diferenciação diante de outros movimentos sociais (LUCHMANN, NOBRE, CARVALHO e MARTINS, 2004, p.58). A identificação não é dada somente pelo local de moradia, mas ela é construída por meio do reconhecimento da necessidade de se fazer uma luta coletiva, como meio para atingir os objetivos comuns, conforme indica o depoimento abaixo:

...então, associação e conselho, no meu conceito, na questão prática, são a mesma coisa hoje, na praticidade. E pra mim é a associação de pessoas, onde elas se fortalecem... pra ter força pras lutas sociais, porque uma pessoa sozinha, ela não tem a força que têm dez pessoas unidas, e isso foi a prática que eu tirei do nosso movimento lá no bairro. (Sujeito 2)

Considerando Scherer-Warren (1996, p. 17) e Nobre, Carvalho, Luchmann (2004, p. 4), as organizações comunitárias surgiram em função do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – PNCSU, inserido nas estratégias do II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo federal de Ernesto Geisel, que priorizava os investimentos no setor energético e em indústrias básicas, com o intuito de adequar a economia à crise internacional do petróleo e ao estágio de desenvolvimento industrial do país, e de reduzir o capital estrangeiro em setores considerados infra-estruturais. Bem como previa a realização de políticas redistributivas concomitantes ao processo de crescimento econômico.

O objetivo do PNCSU consistia em promover a integração social das cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura, desporto, nutrição, trabalho, previdência, assistência social, recreação e lazer. Assim como buscava uma base de legitimidade social, antecipando, ao mesmo tempo, mecanismos que possibilitassem um controle das formas de organização da população (BRASIL, 1975, p. 92).

Em Santa Catarina, o governo Antonio Carlos Konder Reis (1975-1979), político do partido Aliança Renovadora Nacional - Arena instituiu a Lei nº. 2.840, no ano de 1977, criando o “Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e ao Funcionamento de Conselhos Comunitários”. No mesmo ano, o governo criou a Supervisão de Ação Comunitária – SAC, responsável pela implantação de conselhos comunitários. Dentre algumas características desses conselhos, salienta-se o estatuto-

padrão; a nomeação dos diretores pelo governo; o repasse de verbas apenas às entidades inscritas na SAC.

O governo estadual Konder Reis (1975-1979) em uma clara tentativa de cooptar lideranças ou qualquer forma de organização mais autônoma e controlar o processo de transição cria, ao longo do seu governo, 163 conselhos comunitários, constrói Centros Sociais Urbanos em cidades importantes do Estado (RIBEIRO, 2005, p. 92).

Nesse período, de acordo com Muller (1997), várias frentes de trabalho pastoral começaram a se desenvolver em comunidades da periferia do município. No entanto, com exceção do bairro Mont Serrat, onde foi criado um conselho comunitário, as demais áreas da periferia ficaram descobertas por esse programa governamental de desenvolvimento de comunidade. Foram priorizados os bairros e as comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina (que compõe apenas uma parte da área do município), deixando-se, portanto, um espaço aberto para a atuação da Igreja.

Segundo Muller (1997, p. 42) e Machado (1997, p. 56), os conselhos comunitários têm como função a mediação das relações da população com a prefeitura e funcionam como um mecanismo de controle social do governo nos bairros e comunidades catarinenses. Considera-se Conselho Comunitário a associação dotada de personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, integrada por membros da mesma comunidade, criada sob a orientação e supervisão do Estado, e cuja estrutura e funcionamento devem adequar-se a estatutos-padrão.

Os anos 70 foram, no Brasil, tempos de profundas mudanças econômicas e políticas, que provocaram a emergência vigorosa de novas demandas sociais. De acordo com Carvalho (1998, p. 2),

o Estado burocrático-autoritário, que se estabeleceu com a ditadura militar, fechou, no entanto, até mesmo os precários canais de expressão e de negociação de interesses e conflitos mantidos pelo populismo. Neste contexto de ausência de canais de interlocução, emergem novos movimentos sociais como captadores dessas novas e candentes demandas sociais. Sua ação abre novos espaços ou lugares para a ação política. Na ausência de espaços legítimos de negociação de conflitos, o cotidiano, o local de moradia, a periferia, o gênero, a raça tornam-se espaços e questões públicas, lugares de ação política, constituindo sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido.

Em 1979, no governo de Jorge Bornhausen (1979-1982), do Partido Democrático Social – PDS, a SAC passa a chamar-se Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (FUCADESC), vinculada à Secretaria de Bem Estar Social. Por meio de convênio com a FUCADESC, a Prefeitura de Florianópolis disponibilizava técnicos da área social, para auxiliarem os primeiros trabalhos comunitários. No governo de Esperidião Amin (1983-1987), do PDS, essa política foi mantida, considerando-se que essa gestão teve como característica um grande apoio ao desenvolvimento dos conselhos comunitários. (LUCHMANN, 1991)

Na década de 80 iniciou-se o processo de abertura política, o qual teve como marcos fundamentais a campanha pela anistia, o fim da censura, o movimento das Diretas Já, o movimento pró-Constituinte, bem como vários outros movimentos de moralização e ética na política, que mobilizavam a sociedade civil em todo o território nacional na luta pela redemocratização do país. Nesse contexto histórico, foi extinto o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. Sendo que, nesse período, começaram a surgir as primeiras *associações de moradores* que apresentavam um perfil diferenciado dos Conselhos. A forma de relacionamento que as associações de moradores optaram por ter para com o Estado se caracteriza pela autonomia. As associações de moradores surgiram a partir da iniciativa de organização de entidades da sociedade civil, ao contrário dos Conselhos Comunitários, que surgiram da iniciativa governamental (SCHERER-WARREN, 1996).

Para Scherer-Warren e Chaves (2004, p. 36), as associações comunitárias de reivindicação por melhorias de materiais são associações ou grupos constituídos por moradores de um determinado local (bairro/localidade) que se reúnem em função de interesses comuns, relativos ao seu local de moradia.

A associação de moradores é uma organização formal, registrada em cartório, regida por estatuto que define suas normas e regras de funcionamento, cuja direção é composta por uma diretoria executiva (ou por um colegiado) escolhida através de eleições diretas; e a principal atribuição dessas organizações é mobilizar a população em torno de suas necessidades e carências básicas (água, luz, esgoto, saúde, transporte, educação, lazer...) e encaminhar suas reivindicações aos órgãos competentes (HERKENHOFF, 1995, p. 51).

O surgimento das associações de moradores pode ser atrelada aos chamados “novos movimentos sociais”, considerando a análise que Ribeiro (1998, p. 47) faz do trabalho de Offe, o qual coloca que os novos movimentos sociais buscam a politização das instituições para além das formas representativo-burocráticas, conferindo maior independência à sociedade civil, diminuindo o controle e a intervenção do Estado sobre ela. O autor ainda considera politicamente relevantes os novos movimentos sociais que pretendem estar legitimados por representações e aspirações da comunidade mais ampla; procuram ser reconhecidos como atores políticos, ainda que suas práticas não se encontrem respaldadas pelos organismos legalmente instituídos; e buscam realizar seus projetos para atingir não apenas o grupo, mas o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, Scherer-Warren ressalta que

[...] tem emergido novos movimentos sociais que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados. (1996, p. 49-50)

Segundo Lüchmann (1991, p. 11), no governo de Pedro Ivo Campos (1987-1990), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, houve a extinção da FUCADESC, e parte da estrutura da entidade foi absorvida pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário. Em nível municipal, o convênio com a FUCADESC havia sido rompido durante o mandato de Edson Andrino (1986-1988), do PMDB.

Ainda afirma Lüchmann que houve uma grande expansão de associações de moradores no município a partir de 1985, influenciada pela: escassez de verbas federais para os conselhos comunitários, o que os tornou desprestigiados perante algumas comunidades; abertura pela prefeitura da comunicação entre o prefeito e as entidades; bem como a crescente influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); entre outros motivos.

As CEBs influenciaram fortemente a organização de trabalhadores em sindicatos, partidos políticos e, no campo associativo, as inúmeras associações constituídas para desenvolvimento de defesa de direitos (associações de moradores,

associações comunitárias, etc.). Sendo assim, dada a importância das CEBs no processo organizativo em Florianópolis, se tratará a seguir, mais especificamente, do assunto.

1.3 Comunidades Eclesiais de Base

Cabe aqui destacar o papel central que a Igreja Católica teve para com os movimentos sociais urbanos, desde o movimento operário, passando pelos movimentos de campo, até as organizações por local de moradia. E segundo Paul Singer, analisado por Doimo (1984) “o novo caráter de tais movimentos neste período decorreu da criação de novas modalidades de organização diretamente inspiradas pelas Comunidades Eclesiais de Base”.

Também segundo Doimo,

com o seu trabalho de base a Igreja estaria não só preparando o povo como força viva nos movimentos, mas, conferindo a ele o processo de tomada de decisões – de baixo para cima – inaugurando uma nova fase no caráter dos movimentos sociais, caracterizado basicamente pela democracia interna e pela autonomia e independência em relação ao Estado e aos partidos e organizações políticas (p. 35).

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs surgiram a partir de organizações de base ligadas às igrejas, sobretudo à Igreja Católica. Conforme Wanderley (1998), “alguns autores localizam seu surgimento na década de 60, no meio rural, porém, crescem e se desenvolvem no período da mais aguda repressão na década de 70” (p. 51).

Entende-se como CEBs os grupos que se reúnem para refletir sobre os mais diferentes problemas da comunidade, objetivando a busca de soluções, através da organização. As CEBs são grupos que se formam junto às paróquias, por iniciativa de religiosos ou leigos que, motivados pela fé, assumem o compromisso com a transformação da realidade (MÜLLER, 1997).

São *comunidades*, porque reúnem pessoas que tem a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais*, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos da comunidade de fé. São de *base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares). (BETTO, 1981, p. 17)

Em termos de periodização histórica, o surgimento das CEBs foi impulsionado a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), o qual havia proposto a modernização da Igreja Católica, tendo sido uma tentativa de reformar a Igreja e reconciliá-la com o mundo moderno. O Concílio refletiu a necessidade que a Igreja Católica sentia de rever suas orientações para lidar com as mudanças sociais mais amplas. Nesse contexto emergiram duas vertentes principais, a partir da reflexão da Igreja sobre si mesma: uma preocupada com as questões sociais mais amplas, com os direitos humanos e a “opção pelos pobres”, que resultou na Teologia da Libertação e nas Comunidades Eclesiais de Base; e a outra de feição mais tradicional, influenciada pelo pentecostalismo, que resultou na Renovação Carismática Católica⁷ (SILVA, 2002).

A ideologia religiosa que alimenta as CEBs é a Teologia da Libertação, tendência progressista da Igreja Católica que surge num momento de crise dessa instituição, nos anos 60 e 70. Com a idéia de libertação dos oprimidos, alguns setores da Igreja Católica, frente a um crescimento grande das religiões evangélicas entre os pobres, começam a se preocupar em trazer os olhares da Igreja Católica para os mais necessitados e seus problemas, o que não ocorria anteriormente. “A opção pelos pobres”, lema já consagrado pelos estudiosos da religião católica, implicava em discutir e trazer soluções para essa população, que passava por outros meios, além dos espirituais. (PINHEIRO, 2007, p. 459)

Frei Betto (1981) divide a constituição das CEBs, no país, em quatro etapas: a primeira etapa é a comunidade centrada em sua motivação religiosa, buscando no evangelho indicações para suas atividades sociais; na segunda etapa surgem movimentos populares com a participação dos membros das comunidades, a dimensão social supera a religiosa, expressas nas palavras do autor, que diz que a divisão não é mais entre os que têm fé ou não, mas sim entre os que são oprimidos e seus opressores. A terceira etapa conta com o fortalecimento do movimento operário, e a confluência dessas três etapas leva à quarta etapa, que se caracteriza pelas novas formas de canalizar as demandas do grupo, através de canais como os partidos políticos, de onde começa a inserção dos componentes das CEBs nas disputas político-institucionalizadas.

⁷ A renovação carismática católica é um movimento voltado para a experiência pessoal com Deus, particularmente através do Espírito Santo e dos seus dons. Esse movimento busca dar uma nova abordagem às formas de evangelização e renovar práticas tradicionais dos ritos e da mística católicos. Foi influenciado, em seu nascimento, pelos movimentos pentecostais de origem protestante, mantendo algumas semelhanças até os dias atuais. (www.rccbrasil.org.br)

Há certa dificuldade em encontrar traços homogêneos e constantes em todas as CEBs. Um dos elementos é a territorialidade – as pessoas de uma comunidade estão situadas num território geográfico específico, sendo mais fácil para as pessoas reunirem-se com aquelas com quem já estabeleceram algumas relações e contatos. Experiências históricas mostram que, muitas vezes, foram essas comunidades que ajudaram a reivindicar serviços básicos, como água, luz e esgoto, e a reorganizar a vida da comunidade.

Embora a Igreja Católica popular no Brasil tenha sua ação restringida sob várias formas e condicionada a buscar novas estratégias para o trabalho pastoral, em Florianópolis ela vem contribuindo para a mobilização dos moradores, especialmente da periferia do município, e atuando como mediadora na articulação de suas organizações. (MULLER, 1997, p. 43)

No ano de 1983, já existiam muitos trabalhos nos bairros populares por parte da Igreja. Havia em Florianópolis um processo de efervescência de parte da Igreja e das CEBs, em se articular em um processo de trabalho popular. Estudantes universitários, do “Movimento da Universidade Alternativa Cristã”, estavam indo para o Morro do Horácio. (Entrevista concedida pelo Padre Vilson Groh). (SCHERER-WARREN; ROSSIAUD, 1999, p. 102)

Além das CEBs, não se pode mencionar o movimento sociocomunitário sem abordar a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, o que será feito a seguir.

1.4 Histórico da UFECO e suas principais lutas

As associações de moradores têm como limite a convivência dos seus membros em termos de moradia. No entanto, a própria prática social vai traduzindo esse limite físico em limite social, daí o surgimento das federações de associações de moradores (SOUZA, 1987, p. 217).

Nesse sentido, foi fundada, em 14 de fevereiro de 1987, a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO⁸, pessoa jurídica de direito privado, de caráter associativo e sem fins lucrativos, com o propósito de garantir

⁸ Ver Estatuto no Anexo A.

espaços de ação mais autônomos para as organizações comunitárias, e com caráter reivindicatório, buscando a garantia da qualidade de vida para os moradores e a efetiva participação popular das entidades filiadas. O intuito era a criação de um órgão democrático e representativo, suprapartidário, que unificasse os interesses gerais das organizações comunitárias, mas que não ferisse sua liberdade e autonomia.

No período em que foi fundada a UFECO, o Brasil vivia a Nova República (1985), e a nova configuração político-institucional que o país assumiu como compromissos foram a remoção do entulho autoritário, a convocação da assembléia constituinte, e a proposta do pacto social (MOISÉS, 1986 apud MULLER, 1997, p. 35).

A sua fundação contou com a participação de 33 entidades, divididas entre “Independentes” (representantes das associações de localidades como a Lagoa, Ingleses, Monte Verde, Saco Grande, Agrônômica, entre outros) e “Conservadores” (10 conselhos comunitários), sendo 23 associações e 10 conselhos. Nesse período, o processo de constituição da UFECO foi dificultado por interesses de setores conservadores do PMDB, que criaram a Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina – FAMESC.

De acordo com Lüchmann (1991, p. 12), nesse período as articulações comunitárias em Florianópolis distinguem-se pelas características de grande mobilidade e diversidade. Sendo assim, consideram-se três linhas de atuação: os “Independentes”, ou as entidades de bairro que não apresentam vínculos com o governo do estado e buscam uma vinculação pluralista com o sistema partidário; os setores da “Periferia” ou mais vinculados às CEBs e posteriormente a setores do Partido dos Trabalhadores - PT; e os “Conservadores, entidades dependentes do governo do estado, via Conselhos Comunitários relacionados preferencialmente com o Partido Democrático Social – PDS e o Partido da Frente Liberal – PFL.

A UFECO foi criada mesmo sem uma discussão maior junto às organizações de moradores, tendo em vista a intenção de lideranças mais conservadoras, ligadas à recém criada FAMESC, de fundar uma entidade em nível municipal. Para garantir uma orientação distinta da federação estadual e visando uma atuação mais autônoma em relação ao poder público, o processo de formação da entidade municipal foi acelerado. No entanto, com a saída das comunidades da periferia, as organizações mais independentes perderam a hegemonia, sendo que a diretoria eleita ficou com uma composição bastante heterogênea, com representantes ligados aos mais diversos setores e partidos. Ainda no primeiro ano da entidade, alguns membros ligados às associações mais

independentes se desligaram da diretoria, conferindo um perfil mais conservador à União Municipal. (MÜLLER, 1997, p. 38)

Assim é que, durante o primeiro mandato, os “Independentes” vão se afastando da diretoria, alegando o desvirtuamento da UFECO e o “atrelamento” da entidade ao governo do estado. Em 1988, articulam uma chapa de oposição que sai vitoriosa nas eleições internas de 1989. Nesse período, com a prefeitura a cargo de Esperidião Amin, esse grupo visa a reversão do quadro, retomando os objetivos iniciais da UFECO, dando ênfase à sua autonomia face aos órgãos públicos e aos partidos políticos, e à importância da representatividade junto às bases, buscando legitimar a UFECO como interlocutora da prefeitura sobre as questões gerais do município. (LÜCHMANN, 1997)

Sendo assim, ainda segundo Lüchmann, a UFECO busca por autonomia através do estabelecimento de uma relação com o poder público e partidos políticos como representante de cidadãos coletivamente organizados (tendo em vista uma participação na reordenação dos problemas da cidade, e não como conjunto de eleitores ou “indivíduos particulares”), mantendo uma atuação, portanto, com vistas a uma prática política democrática junto à população (através de encontros regionais, reuniões com filiados, etc.). Podem ser citados como exemplos atuais dessa busca a participação no Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis; a execução dos cursos de formação para gestores, em conjunto com o NESSOP; debates no Fórum da Cidade que resultam em cartas abertas, entre outras ações.

A constituição de “atores democráticos” torna-se um fator imprescindível no processo de democratização da sociedade, o que acontece a partir da troca de conhecimentos, influências, valores com as diversas instâncias ou esferas sociais. Assim é que os protagonistas da UFECO vêm passando historicamente por um processo de entrecruzamento de valores, conhecimentos, perspectivas, num contínuo crescimento e expansão de uma atuação político-comunitária. (LÜCHMANN, 1997, p. 90)

Podemos perceber, considerando os estudos de Lüchmann (1997), que, no decorrer da sua história, a UFECO apresenta avanços com o intuito de romper com a hegemonia dos grupos conservadores e da reversão de uma lógica clientelista estabelecida. Ela também objetiva a expansão e a consolidação da democracia, não só na arena da política institucional, mas no cotidiano da população. É preciso considerar,

ainda, a dificuldade da UFECO em concretizar efetivamente os seus objetivos para com as bases filiadas, não só pela falta participação e conscientização política da população, mas também pelo contexto político da cidade. Existe uma grande dificuldade em mobilizar as bases para a construção de uma representatividade legítima.

A trajetória da UFECO até os nossos dias ainda está por ser melhor analisada. Convém apenas destacar que no decorrer dos anos, ela perde legitimidade perante um conjunto expressivo de organizações sócio-comunitárias, e procura atualmente resgatar o papel original de se constituir em uma articulação democrática, autônoma, plural e suprapartidária. É nessa perspectiva que hoje a entidade tenta novamente se reestruturar e reconquistar a confiança das lideranças e articular de fato as entidades comunitárias da capital de Santa Catarina. (LUCHMANN, NOBRE, CARVALHO, MARTINS, 2004, p. 61)

Em 1990, com o intuito de maior aproximação com as bases, a UFECO inicia um processo de encontros com os dirigentes e membros das entidades filiadas, através da realização de reuniões por regionais⁹, criando um espaço de troca de experiências e conhecimentos; de maior aproximação, numa perspectiva do fortalecimento do movimento. Essa estratégia de intervenção adotada está baseada em uma compreensão mais profunda do contexto sociopolítico e cultural local, demonstrando um conhecimento e perspectivas que superam os necessários para apenas manter ou reproduzir a cotidianidade dominante. Além do aspecto pedagógico e da possibilidade de atuação conjunta com outros bairros, esses encontros apresentam-se como um espaço de divulgação dos trabalhos da UFECO que, geralmente é incompreendido pelos filiados (LÜCHMANN, 1997).

A UFECO acumula significativas conquistas para qualificar sua direção sociopolítica e ética, bem como a constituição de uma relação orgânica com sua base filiada capaz de estruturar jurídico, administrativa e politicamente o movimento sociocomunitário, em sua participação ativa nos processos de efetivação do controle social e construção de uma qualidade de vida comprometida com a preservação ambiental e com a justiça social.

A diretoria executiva da UFECO compõe-se dos cargos de: Presidente; Vice-presidente; Secretário Geral e Segundo Secretário; Tesoureiro e Segundo Tesoureiro;

⁹ A cidade foi dividida em sete regionais: Ilha Sul, Ilha Norte, Ilha Leste, Ilha Centro I, Ilha Centro II, Continente I e Continente II. Essa divisão foi modificada posteriormente.

Diretor de Comunicação; Diretor de Cultura e de Lazer. Possui um Conselho Fiscal; bem como Coordenadores das regiões: Continente I e II; Maciço; Bacia Itacorubi; Ilha Leste; Norte I e II e Sul I e II. A organização da diretoria ressalta o caráter democrático da instituição, assim como a realização de assembléias gerais, as quais possuem caráter soberano, sendo a instância máxima de decisão.

São várias as frentes de luta da UFECO pelo direito à cidade, como, entre outras: constituição do Conselho Municipal da Cidade de Florianópolis; movimento pela defesa do meio ambiente, debatendo os mega-empreendimentos que se utilizam de Áreas de Preservação Permanente (APP); manutenção e fortalecimento da representação nos Conselhos Municipais de Direito (Educação, Transporte, Meio Ambiente, Habitação, Turismo, entre outros); participação ativa no Núcleo Gestor do Plano Diretor; ampliação e garantia de espaços públicos de cidadania, esporte, cultura e lazer para os moradores de Florianópolis; fortalecimento da participação no Fórum da Cidade; defesa da regularização fundiária e habitação popular nas comunidades (Vila Aparecida, Vila do Arvoredo, Maciço Central, entre outros); apoio a projetos de lei que visem o controle social e estabeleçam plebiscitos, referendos e a elaboração de projetos de lei de iniciativa popular.

A UFECO participa ativamente de vários acontecimentos que visam a melhoria da qualidade de vida em Florianópolis, razão pela qual uma de suas principais lutas, atualmente, acontece em torno do Plano Diretor Participativo. Nesse sentido, a UFECO, juntamente com outras organizações que lutam pelo direito à cidade e por melhores condições de vida em Florianópolis, partidos políticos, sindicatos, entidades estudantis, entre outros sujeitos, promoveu manifestações de protesto, em apoio à “Operação Moeda Verde”, que foi publicizada no dia 03/05/2007, em Florianópolis, pela Polícia Federal, através da Delegacia de Combate a Crimes Ambientais e Contra o Patrimônio Histórico em Santa Catarina. Essa operação investiga a existência de um esquema de corrupção em leis e atos administrativos de conteúdo ambiental e urbanístico, em favor de grandes empreendimentos em Florianópolis. Tal esquema envolveria a ocorrência de crimes contra a ordem tributária, falsificação de documentos, uso de documentos falsos, formação de quadrilha, corrupção e tráfico de influência. A investigação partiu de denúncias de fraudes num empreendimento no bairro de Jurerê Internacional, que estaria localizado em Área de Preservação Permanente – APP. Os outros dois grandes empreendimentos investigados são o campo de golfe no Costão do Santinho, que estaria sobre o principal lençol freático do norte da Ilha de Santa Catarina, e o Shopping

Iguatemi, que está localizado em uma área de mangue. Depois de apurações feitas pelos policiais, foram indiciados empresários e funcionários públicos, além de dois vereadores. Essa operação contou com o apoio da sociedade, bem como da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina – FAMESC, da UFECO, do Fórum da Cidade, entre outras organizações.

Atualmente, a UFECO possui representantes em conselhos de direito do município, naqueles que asseguram assento ao movimento comunitário, como o Conselho Municipal de Transporte, o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA) e no Conselho do Parque Estadual do Rio Vermelho. Assim como possui representante no Núcleo Gestor do Plano Diretor de Florianópolis.

A última eleição para diretoria ocorreu em 28 de setembro de 2007 e elegeu como presidente Ângela Maria Liuti, que havia sido secretária da UFECO por oito anos. Essa eleição contou com apenas uma chapa e 30 associações votaram.

É preciso considerar que a UFECO, a partir das suas diretrizes, busca no NESSOP assessoria para os projetos que visam a qualidade de vida das comunidades; o fortalecimento das bases comunitárias; a capacitação de lideranças comunitárias, entre outras ações, o que qualifica esse Núcleo como sujeito importante no movimento sociocomunitário de Florianópolis. Nesse contexto, apresenta-se a seguir um breve perfil do NESSOP.

1.5 Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP

O NESSOP é um núcleo de estudos do Departamento de Serviço Social – DSS, da UFSC. O seu embrião surgiu em 1985, quando o DSS se voltou para o segmento sociocomunitário, criando o Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário – NEDC. Em 1990, depois de uma reestruturação, o referido Núcleo passa a chamar-se Núcleo de Estudos da População, sendo que a partir de 1991 ele passou a ter o seu nome atual.

O Núcleo desenvolve suas atividades baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O que implica numa dinâmica interna que privilegia a ação orientada pela integralidade e articulação dos saberes produzidos na Universidade, da formação profissional no espaço acadêmico e da função da Universidade intervindo nas relações sociais. Portanto, o Núcleo apresenta-se como sujeito em uma relação dialética com as demandas da realidade, vivenciadas no cotidiano pelas pessoas.

No ensino, o Núcleo se constitui num espaço para os alunos em estágio, tendo como objetivos: articular a formação profissional do assistente social com as práticas/lutas sociais, na interface com os demais núcleos do Departamento de Serviço Social e da UFSC; contribuir no fortalecimento do projeto de formação profissional, privilegiando a dimensão teórico-operativa da intervenção profissional junto às demandas do sujeito popular.

A extensão se caracteriza pela assessoria à UFECO, através de projetos que visam a capacitação dos integrantes do movimento sociocomunitário de Florianópolis, para uma participação mais qualificada; bem como a formação de lideranças comunitárias.

Na pesquisa, o Núcleo conta com a colaboração dos professores, com pesquisas vinculadas às temáticas: serviço social e processos político-organizativos; associativismo civil e de trabalhadores; e cultura política.

O NESSOP norteia seu processo de trabalho na relação com os seguintes princípios, entre outros¹⁰: fundamentar suas ações no contexto do projeto-ético político do assistente social na relação com a sociedade civil organizada, em particular as organizações sociocomunitárias comprometidas com as lutas sociais contra a produção e a reprodução da pobreza, e da desigualdade e injustiça sociais; fortalecer as organizações sociais, em particular aquelas que configuram a vida associativa e a atuação em rede, que ampliam os espaços públicos, que qualificam o exercício da cidadania e o exercício do controle social das ações das políticas públicas.

Para tanto, os seguintes objetivos foram traçados, entre outros: criar espaços na universidade pública para a reflexão e a construção do saber, que qualifiquem o movimento sociocomunitário na cidade; qualificar, ético-pedagogicamente, a participação das associações representativas das comunidades no acompanhamento e/ou formulação de planos e projetos urbanos, na sua relação local-global.

Nesse sentido, conforme Vasconcelos (2000, p. 130)

população não basta organizar-se para reivindicar; faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize em relação ao como e ao que reivindicar, na busca de alternativas possíveis e de como viabilizá-las. O acesso a um recurso e/ou informação por um sujeito social crítico,

¹⁰ Informações obtidas no Sumário das Ações de Extensão do NESSOP/DSS/UFSC. Período: Fevereiro de 2005 a Março de 2007.

consciente, é que transforma o direito formal em direito real.

O NESSOP procura construir vínculos com sujeitos sociais identificados com a temática e a práxis sociocomunitária e popular, especialmente em seus processos de gestão e organização. Atua no sentido de contribuir com a Universidade na busca incessante do cumprimento da sua finalidade, direcionando seu trabalho através de projetos que incluam a participação de professores, alunos e outras representações da sociedade civil, tais como: Associação de Moradores, Conselhos Comunitários, Conselhos de Direito e outras representações da vida associativa de Santa Catarina, tendo como exemplo a UFECO e outras formas de movimentos ou grupos que lutam pela qualidade de vida (Informativo NESSOP, 2001).

O Serviço Social no Núcleo envolve a ação de profissionais com competência para propor e para negociar com a instituição os seus projetos, defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Empenhando-se no reconhecimento da liberdade como valor ético central, o que implica em desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas, na direção da defesa intransigente dos direitos humanos e tendo como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo. (IAMAMOTO, 1998)

Dessa forma, ao finalizar esta seção, pode-se compreender a importância do associativismo civil em todas as suas formas, na luta coletiva em Florianópolis. Para que relações mais democráticas sejam construídas, são necessários alguns elementos, como organização, educação, qualificação, os quais podem ser encontrados no movimento sociocomunitário de Florianópolis, face ao esforço da UFECO, do NESSOP, entre outras organizações.

2. AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E SUAS LIDERANÇAS: PARTICIPAÇÃO NO “MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO” EM FLORIANÓPOLIS

Nesta seção será feita uma breve análise tanto do perfil das organizações, quanto das lideranças comunitárias, a partir dos dados obtidos em pesquisa documental no material disponibilizado pela UFECO. Assim como, a partir dos depoimentos dos entrevistados, se aborda o tema da participação, considerando seu significado para os sujeitos.

2.1. Perfil das Organizações

Para a construção do perfil das entidades comunitárias filiadas à UFECO, a coleta de dados foi realizada em setembro de 2007. Esse processo aconteceu no período anterior à eleição para diretoria da UFECO, momento em que estava sendo realizado o cadastramento das organizações comunitárias. É importante salientar que existem outras pesquisas sobre o perfil das organizações. Dentre elas, se podem citar o trabalho “Organizações Voluntárias de Florianópolis”, de Ilse Scherer-Warren, realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Movimentos Sociais da UFSC, em 1996, e o trabalho de conclusão de curso de Fabiani Witt, realizado no ano de 2005.

A coleta no material fornecido pela UFECO sobre as suas filiadas consistiu em pesquisa documental. Segundo Godoy (1995, p. 21), “a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar”. Tem como objetivo recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou idéia.

Para tanto, organizou-se um cadastro com informações obtidas nos documentos que a UFECO possui sobre as entidades a ela filiadas, utilizando apenas aquelas entidades que estavam com a documentação regularizada. Essa regularização foi feita em função da eleição para diretoria da UFECO, que aconteceu em setembro de 2007.

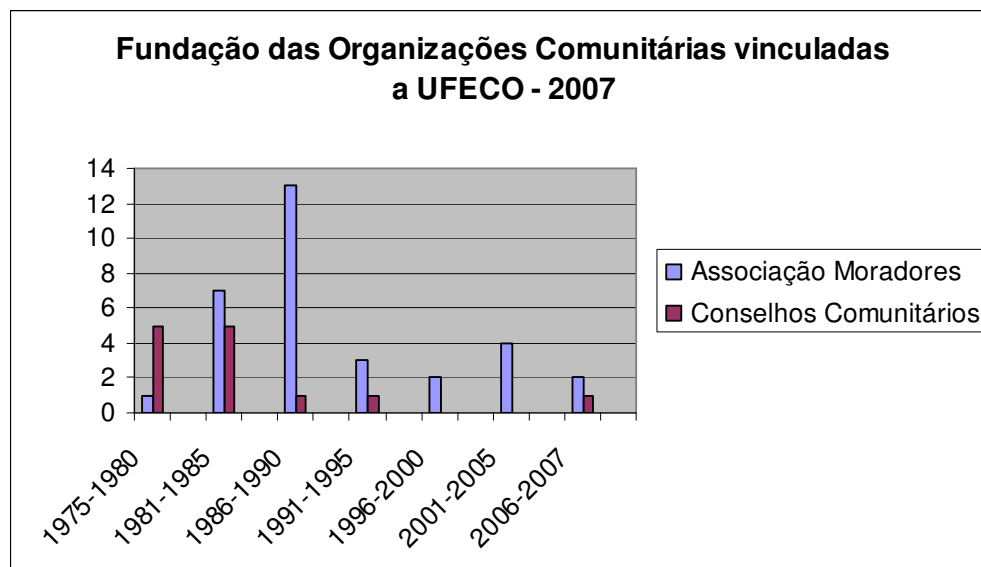
Num primeiro momento, foram selecionadas as informações relativas à identificação das 45 (quarenta e cinco) entidades regularizadas, tais como: data de fundação, duração de mandato, tipo de organização. Num segundo momento, as respostas foram tabuladas para a composição do perfil das entidades comunitárias.

A regularização por parte da UFECO foi realizada em 54 (cinquenta e quatro) organizações comunitárias. Mas, devido à dificuldade em acessar o material, se trabalhou com o material que foi disponibilizado para esta pesquisa. Isso aconteceu tanto em função do tempo disponível para realização do TCC, quanto devido ao fato de que o material não se encontrava em um local apenas (considerando que a UFECO não possui sede própria), mas dividido entre os diretores.

Até este ponto do trabalho, vinha sendo discutido como evoluiu o associativismo em Florianópolis, verificando que, desde a década de 70 até os dias atuais, foram constituídos não só conselhos comunitários, por meio da política comunitária implantada pelo governo em Santa Catarina, bem como surgiu, em oposição a essa política, um grande número de associações de moradores.

Nesse sentido, serão vistos a seguir alguns gráficos que ajudarão a entender um pouco mais sobre as organizações comunitárias e a participação das lideranças no movimento sociocomunitário.

Gráfico 1

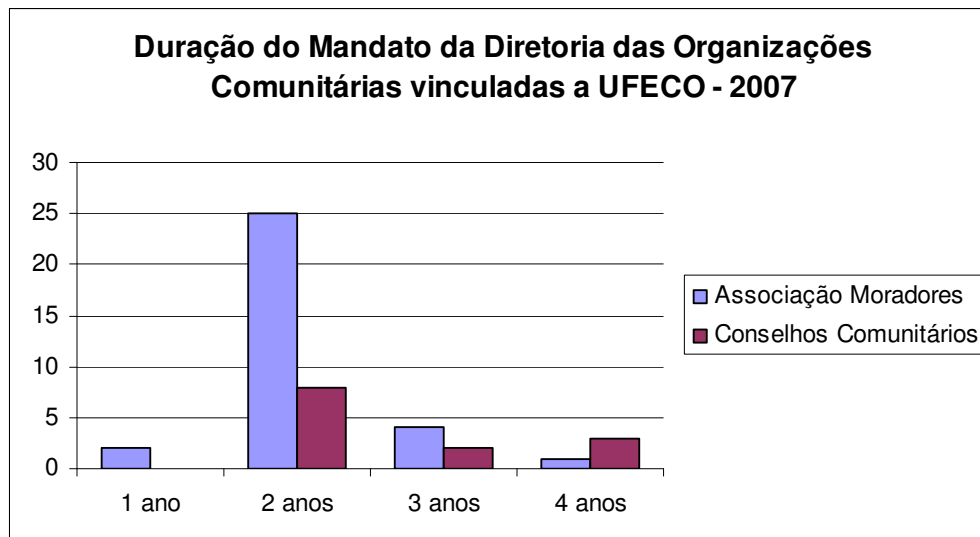


Fonte: UFECO

O gráfico acima ajuda a identificar que a grande maioria das associações de moradores e conselhos comunitários surgiu nos períodos imediatamente anterior e posterior à promulgação da Constituição de 1988, quando houve ampla mobilização popular para efetivar direitos sociais. Considerando as 45 (quarenta e cinco)

organizações comunitárias pesquisadas, se constata que 13 (treze) delas tiveram sua fundação entre os anos de 1986 e 1990, totalizando 30%.

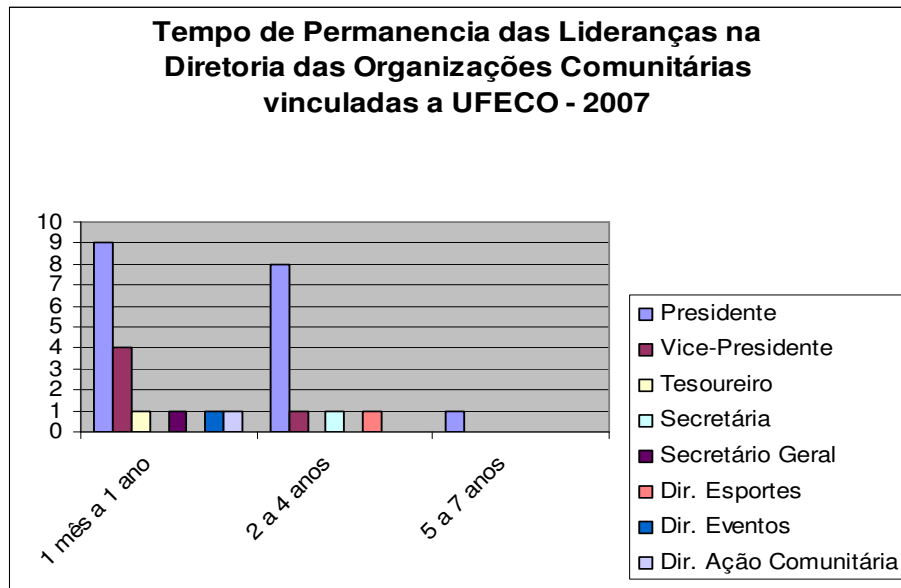
Gráfico 2



Fonte: UFECO

Em função da maioria das organizações comunitárias utilizarem um estatuto-padrão, o mandato da diretoria que prevalecia tinha a duração de dois anos. Eram mais de 70% as associações de moradores e conselhos comunitários que possuíam um mandato de dois anos.

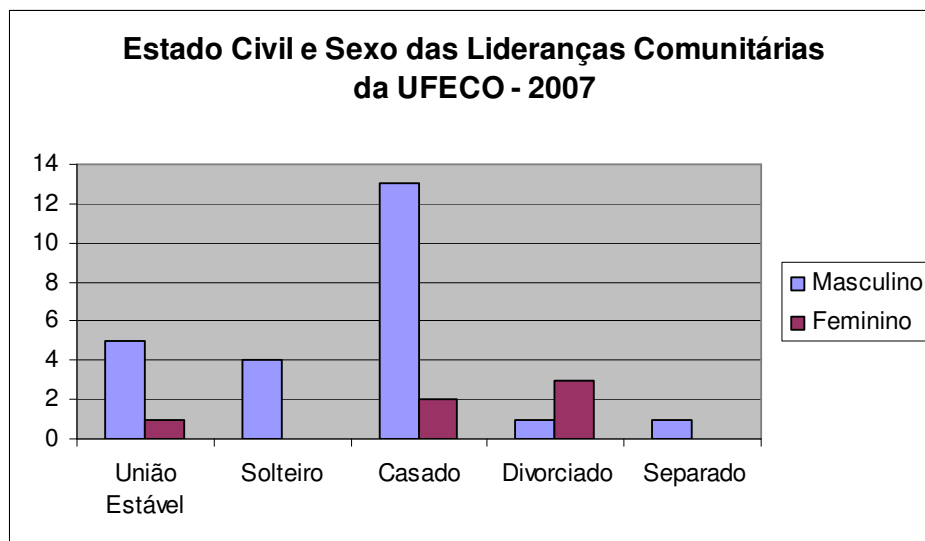
Gráfico 3



Fonte: UFECO

Analisando o gráfico acima, é possível verificar que, na maioria das organizações comunitárias, haviam ocorrido eleições há pouco tempo. Sendo que esse dado mostra, também, não haver um grande número de reconduções ao cargo. Isso sugere uma contínua renovação dos quadros das organizações comunitárias.

Gráfico 4



Fonte: UFECO

Das 30 (trinta) lideranças que responderam ao questionário, 24 (vinte e quatro) eram do sexo masculino, o que corresponde a 80% do total. Das lideranças comunitárias, 50% eram casadas. Contudo, o depoimento abaixo esclarece sobre uma das dificuldades existentes para as mulheres participarem do movimento.

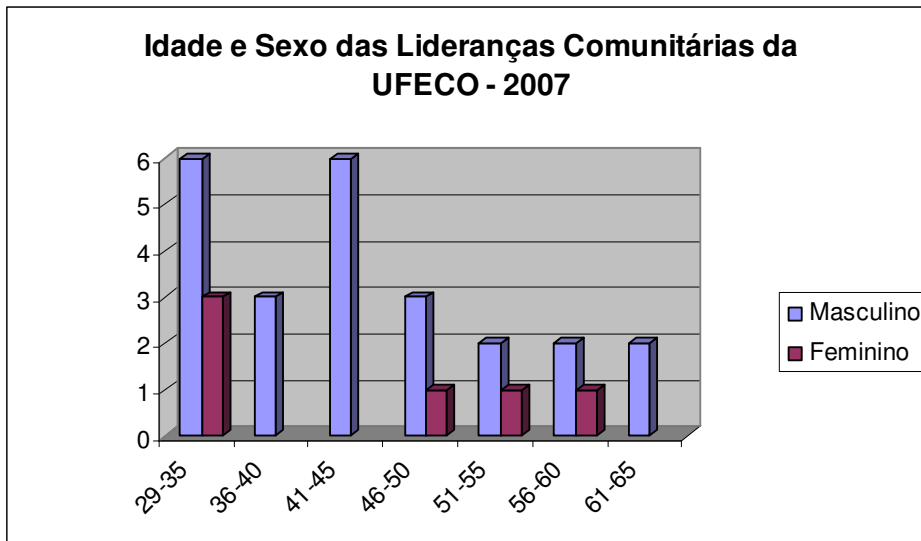
... eu sempre tive uma vontade de fazer uma participação ativa... fora da minha casa, por exemplo, eu sou formada em Letras, mas eu só dei aula até o momento em que meus filhos nasceram, depois eu não consegui mais dar conta de fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Eu fiz uma opção de só cuidar deles e cuidar da minha casa. (Sujeito 2)

No entanto, parte significativa da atual diretoria da UFECO (gestão 2007/2009) se constitui de mulheres. Dos 17 cargos, os quatro principais são ocupados por mulheres (presidência, vice-presidência, secretaria geral, e 2ª secretaria), contando ainda com mais duas coordenadoras regionais (Continente II e Norte II). No depoimento seguinte, é possível verificar que, para outra liderança, foi diferente, lhe tendo sido possível parar de trabalhar, para cuidar de uma associação.

...eu assumi a presidência da associação. Daí já sai do emprego que eu estava... trabalhei dois anos aqui na comunidade, sem ganhar nada, só tentando organizar as coisas... quem mantinha a casa, era a minha mulher e as minhas filhas. (Sujeito 3)

Os dados e depoimentos indicam que a questão de gênero é aspecto que pode e deve ser aprofundado em outras pesquisas acerca do movimento sociocomunitário em Florianópolis.

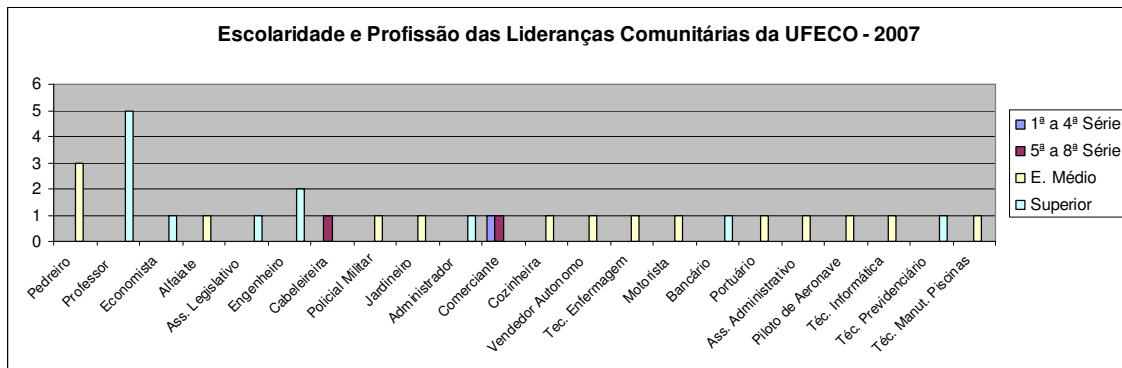
Gráfico 5



Fonte: UFECO

Em relação à idade, verifica-se que 50% das lideranças comunitárias encontravam-se com idades entre 29 e 45 anos. E que 80% eram do sexo masculino. O gráfico retrata que a idade das lideranças, independentemente do sexo, situava-se entre a juventude e a meia idade o que podemos caracterizar como tendo certa “estabilidade” própria da faixa etária.

Gráfico 6



Fonte: UFECO

Esse gráfico mostra que as lideranças que compunham o movimento comunitário tinham uma gama variada de profissões/ocupações, passando por professor,

pedreiro, economista, jardineiro, entre outras. Quase 50% do total das lideranças comunitárias possuíam o ensino médio, mais de 36% ensino superior e apenas 3% ensino fundamental.

Em resumo, o perfil do movimento sociocomunitário em Florianópolis o apresentava como um movimento com uma participação diversificada de sujeitos interessados na melhoria da qualidade de vida, o que fazia o processo ter uma dinâmica e uma continuidade permanentes.

Considerando o que foi abordado até o momento a partir dos gráficos, para melhor compreendermos como se efetiva a participação no movimento sociocomunitário, se vai tratar do tema a seguir.

2.2. O significado da participação

Considerando a participação como um caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo, podemos compreender que, para cada sujeito entrevistado, a sua participação no movimento sociocomunitário tenha se iniciado de maneira diferente. Pois cada um foi afetado de diferentes modos pelos acontecimentos do entorno de sua moradia, mas sentiram-se mobilizados por interesses no coletivo. Sendo assim, abaixo se colocam alguns depoimentos acerca de como se deu a inserção dos sujeitos no movimento.

...quando eu vim morar ali, no bairro..., que eu percebi assim, nossa, vamos morar num lugar que possa criar meus filhos ainda na rua, brincando, e tem espaço e tal, e de repente a gente começou a ver que aqueles espaços eram só ilusão. Não tinha mais qualidade de vida. E eu sempre me interessei, então, pelo que estava acontecendo em volta do meu ambiente, no entorno, de fora da minha casa. E isso começou a me preocupar, e eu sempre tive uma vontade assim, uma vontade de formar um grupo, de formar uma associação... pra gente cuidar destas questões. (Sujeito 2)

...recebi um telefonema de uma assistente social que participava do movimento no bairro, dizendo que estavam preocupados com o desenvolvimento do bairro, do jeito que está acontecendo, então fariam uma reunião pra discutir o bairro. Daí eu fui nessa reunião, tinha umas 12, 15 pessoas... eu conheci esse pessoal que eu estou junto até hoje. (Sujeito 2)

...eu não me envolvia com a comunidade, eu só ficava olhando eles fazerem o que têm que fazer. Porque o Dário vai vir, vai engolir vocês¹¹. Trabalhei dois anos aqui na comunidade, sem ganhar nada. Só tentando organizar as coisas. Daí organizamos, acabamos com as bocas de fumo, os roubos que tinham, acabamos com tudo. (Sujeito 3)

Na época eu não queria me envolver com os problemas da comunidade, só dei o alerta e achava que cada um deveria se virar por si. Aos poucos percebi que, se não uníssemos forças, eles iriam passar como um trator por cima da gente. (Sujeito 3)

O processo de adesão de uma pessoa a um movimento é consequência de sua particular estrutura de necessidades, o que supõe uma dimensão subjetiva na determinação da carência. Heller conceitua "necessidade" como *“deseo consciente, aspiración, intención dirigida em todo momento hacia um cierto objeto y que motiva la acción como tal”, sendo que “el objeto em cuestión és um producto social, independientemente del hecho de que se trate de mercancías, de um modo de vida o del hombre otro”* (1986, p. 170).

Nas palavras de Sawaia (2001, p. 123),

a participação não vem de fora, é uma necessidade do sujeito. É paixão que leva os homens a se comporem com outros homens, o que significa que só por contingências históricas nega-se o caráter participativo da subjetividade, como por exemplo, no capitalismo, em que pela mediação de forças sociais, a subjetividade é apropriada e devorada pela lógica do lucro, sustentando formas de não participação ou pseudoparticipação como o individualismo e a participação em prol dos interesses do outro.

Sendo assim, podemos analisar o termo "subjetividade", levando-se em consideração que “participar é envolver-se emocionalmente, não apenas racionalmente”. Nesse sentido, a subjetividade envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais (WOODWARD, 2000, p. 55).

¹¹ O sujeito 3 se refere nesse depoimento a uma ação a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, quando serão transferidas as famílias dessa comunidade para um outro local, em função de obras próximas à comunidade.

...o que me influenciou a entrar nas lutas comunitárias partiu, assim, num momento em que eu fui morar no bairro... mais precisamente na comunidade... Eu senti a necessidade de alguns espaços de lazer, mas não visando isso, eu estava visando a minha passagem livre, de ida e vinda nas ruas. Nós montamos um time de futebol e automaticamente as pessoas se envolveram no esporte. (Sujeito 1)

E também se pode notar, a partir de Pereira (2001, p. 155), uma valorização da participação nos moradores, promovendo-se novos tipos de relacionamento comunitário, criando-se espaços e estratégias para a formação do sendo crítico e a valorização do cotidiano e do concreto da vida das pessoas. A participação popular tem por finalidade transformar a ordem social, mediante um processo de criação do poder popular.

A participação é um processo educativo, pois ela expressa desejos e necessidades, bem como nos ensina a construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso. Essas são atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos. É importante salientar que, no depoimento abaixo, é possível observar que o sujeito consegue relacionar o conhecimento adquirido com as demandas junto aos parlamentares e a própria base comunitária.

...eu participei do II Fórum da Cidade¹², foi fantástico... aquele movimento de ver as pessoas, o movimento em si, aquilo assim... você está participando de uma coisa da sociedade civil organizada... a partir de conhecer o Estatuto da Cidade, ele potencializou a nossa luta, ele ajudou a nossa luta, porque você tinha argumento na Câmara de Vereadores, você tinha argumento para discutir com a comunidade. (Sujeito 2)

¹² O Fórum da Cidade é um espaço de articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que buscam pensar e atuar no processo de elaboração das políticas urbanas de Florianópolis, na direção da democracia, cidadania e promoção da justiça social; um espaço potencializador das reivindicações e das ações das organizações sociocomunitárias; de debates das questões da cidade e encaminhamento dos anseios e necessidades da população, buscando uma alta qualidade urbana. O Fórum da Cidade reúne dirigentes do movimento sociocomunitário, profissionais e acadêmicos, que elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaços de atuação militante e realizam o compromisso social da academia. Trata-se de um movimento suprapartidário de discussão de agenda de lutas, na direção da construção de uma política urbana participativa e democrática. O Fórum da cidade promove os encontros com a assessoria da UFECO, do NESSOP, do Departamento de Serviço Social, Departamento de Ciências Sociais e Departamento de Arquitetura da UFSC, da APUFSC, FAMESC, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Ministério das Cidades.

Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros. Segundo Bordenave (1983), “a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde” (p. 16).

Demo (1988, p. 18) afirma que “participação é conquista”, no sentido de que é um processo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, começa a regredir. E nas palavras de Pateman (1992, p. 39), “quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo. Os resultados humanos obtidos no processo de participação fornecem uma importante justificativa para um sistema participativo”.

Segundo Ganança (2006), a interação de homens e mulheres no espaço público produz solidariedade e identidades comuns, agregando grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos, com perspectivas e construções próprias, reivindicando reconhecimento, direitos, redistribuição de renda e de poder perante as estruturas de interesses dominantes na sociedade e no Estado (p. 20). Podemos perceber na fala do sujeito dois a importância da interação com outros grupos e sujeitos, no sentido de que a qualidade da participação aumenta quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade, a refletir, a superar os conflitos reais ou aparentes, a respeitar opiniões e a organizar-se para a luta coletiva.

...a gente sentia nas reuniões do conselho comunitário que nós éramos solitários, a gente sentia que o nosso movimento era solitário, porque a cidade não estava sabendo o que estava acontecendo. No Fórum da Cidade, a gente percebeu que o mesmo problema que nós tínhamos lá no bairro estava acontecendo em outras partes da ilha. (Sujeito 2)

Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na *esfera pública*, através do jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária (DURHAM, 1984, p. 28). Diante do exposto, é possível verificar na próxima fala do Sujeito 2 o quanto é importante a valorização da participação, não só para a esfera

pública, mas principalmente quanto ao fortalecimento individual, o que indica que essa valorização aumenta a qualidade da participação.

...a minha saída de casa para o movimento me transformou num outro sujeito, eu comecei a ter voz, a ter oportunidade de falar, oportunidade de ouvir, de interagir com outras pessoas, no mesmo nível... Foi um resgate como pessoa humana mesmo, como indivíduo. Porque eu me sinto valorizada no movimento, eu adquiri uma força interior. (Sujeito 2)

Isso pode ser reforçado por Durham (1984), que afirma que a passagem da pessoa, da dimensão privada para a pública pode ser a explicação de um fato muito significativo, que ocorre freqüentemente nos depoimentos dos participantes dos movimentos comunitários: o de viverem essa experiência como um enriquecimento pessoal, uma intensificação de sua qualidade de *sujeitos*. Ainda segundo a autora:

No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade, “aprendem a falar”, isto é, a formular questões novas sobre sua experiência de vida. Basicamente, elas tornam coletiva (e dessa forma integram) as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada (p. 28).

Pateman (1992) formula alguns aspectos fundamentais de uma concepção democrática participativa: a participação permite que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelo indivíduo, uma vez que tomaram parte do processo de decisão; a participação produziria maior integração social, na medida em que gera um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade ou grupo organizado (associação, sindicato, movimento social).

Uma das formas de participação dos sujeitos na esfera pública se dá através do associativismo civil e de movimentos sociais, que possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária. (SCHERER WARREN, 2001)

Para Sawaia (2001b), as formas de participação variam: de intensidade – desde a simples adesão até a absorção do indivíduo; de espacialidade – participação “face a face”, anônima, virtual, local, global; de motivo – por obrigação, por interesse, por

imposição, por afeto; de temporalidade – longa duração, imediata (p. 119). Considerando que a palavra "participação" vem da palavra "parte", segundo Bordenave (1983) “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. É possível fazer parte sem tomar parte, sendo que tomar parte representa um nível mais intenso de participação”. Esta pode ser considerada a diferença entre a participação passiva e a participação ativa, a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado. Levando em consideração, ainda, que existem diferenças na qualidade da participação, e que ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e reflexão.

Sendo assim, entendo que, para o movimento sociocomunitário, a mobilização constitui-se em um importante processo para a participação, embora se constitua também em uma de suas deficiências, dada a dificuldade em mobilizar os sujeitos para participarem do movimento. Isso ficou claro nos seminários realizados pela UFECO/NESSOP, entre os meses de abril e agosto de 2007, conforme mencionado na introdução. Mesmo com toda a mobilização feita pelas estagiárias do NESSOP, por meio de telefonemas e correio eletrônico, a presença das lideranças no evento ficou aquém do esperado (50 pessoas por seminário), contando, em média, com 25 pessoas em cada um.

No entanto, é importante frisar que, embora se tenha contado com um número de pessoas abaixo do esperado, os seminários não perderam em termos de qualidade nas discussões e nos encaminhamentos que foram realizados no sentido de fortalecer a UFECO em sua intervenção junto ao Plano Diretor Participativo e Integrado de Florianópolis.

Com o intuito de aprofundar o entendimento sobre o papel das lideranças nas organizações comunitárias, no item a seguir será abordado o tema.

2.3. “Liderança comunitária tem que se integrar”

As lideranças surgem nas lutas cotidianas e são escolhidas por sua capacidade de articular e de expressar a vontade do grupo; sua conduta é influenciada pela cultura da época e pelas conjunturas local e nacional: às características pessoais dos líderes somam-se os fatores situacionais.

Os participantes, quando escolhem um líder, sentem nele uma série de qualidades psicológicas e sociais, de comunicação, de espírito de trabalho, de honestidade e responsabilidade. É alguém que escuta com atenção os desejos do grupo.

Sua figura não é de poder supremo, mas de alguém que regula as relações entre os membros, criando, dessa forma, um sistema autônomo, democrático, autogerenciável e que funciona como um sistema em rede. (PEREIRA, 2001). Podemos perceber que o depoimento abaixo reforça o que foi dito pelo autor em relação à importância dos valores morais para um líder comunitário.

[...] o líder comunitário tem que se despir de tudo, nós não podemos usar a comunidade pra ganhar coisas. Tem que ser honesto. A liderança comunitária tem que se integrar, ela tem que se entregar pela causa, e lutar verdadeiramente pela causa, esquecendo os princípios particulares. Só que o que eu entendo, que nós líderes, que nós estamos na frente ali, nós temos que ser sinceros com o povo. Nós temos que mediar. (Sujeito 3)

Assim, é possível perceber que o líder é alguém que possui a função de sintetizar e organizar as reivindicações da comunidade ou da associação, ele pode ser considerado uma referência, uma figura de autoridade. Ele também possui a função de coordenar e facilitar o caminho para o grupo, com o intuito de promover o crescimento, o desenvolvimento, de transformar o grupo em sujeito de sua própria história. Mesmo sendo características da liderança comunitária o compromisso com o trabalho comunitário e o compromisso com o território o que pode ser caracterizado pela capacidade em observar as necessidades da comunidade; coragem e argumentação para falar com autoridades; disposição para buscar as melhorias para a comunidade, o cumprimento das promessas, entre outras ações.

No entanto, podemos perceber, a partir do depoimento abaixo, que nem sempre as lideranças exercem o papel a elas atribuído. A fala do Sujeito 2 também indica uma possível visão idealizada de liderança, pois o mesmo fala da liderança na terceira pessoa, se deixando de fora do processo. Por vezes, surge a dificuldade na interação com a comunidade.

... acho que pra ter um movimento comunitário bem efetivo... o que nós falhamos lá no conselho comunitário... chamar mais a comunidade pra discutir as coisas, não só oficialmente, através de uma assembléia geral. Mas faltou, assim, um líder comunitário, que andasse pela comunidade. Porque aquela pessoa circulasse ali pelo bairro, fosse mais popular, mais com a cara do bairro. (Sujeito 2)

Demo (1988) distingue pelo menos três momentos intensivos para o acesso de uma liderança comunitária: *convivência*, significando o nível de contato constante, não ficando somente nas visitas ocasionais, com o intuito de merecer a confiança do grupo; *vivência*, onde ele procura fazer parte do grupo, incorporando-se à vida da comunidade; *identidade ideológica prática*, significando a adoção do projeto de emancipação comunitária, em toda a sua intensidade e extensão, correndo todos os riscos e desafios. Podemos perceber o que foi dito pelo autor nos depoimentos dos Sujeitos 1 e 3:

[...] eu vejo a necessidade do fortalecimento da unificação, da união das comunidades. [...] como nós tínhamos e temos a visão de que tem que se trabalhar em conjunto, tem que unificar todas as associações. (Sujeito 1)

[...] a liderança, ela tem que entender um por um da comunidade, ele tem que conhecer todo mundo da comunidade. [...] Mas é que a gente já criou um respeito, uma confiança um no outro, aqui na comunidade, daí a gente sempre conversa, sempre troca idéia. (Sujeito 3)

Diante disso, podemos observar que o interesse da população deve ser um dos primeiros elementos a serem trabalhados na participação. As lideranças desempenham um papel importante quando identificam as demandas, em função de estarem próximas da realidade, o que indica que existe uma distância relativamente pequena entre as lideranças e os demais participantes. Entretanto, é essencial que estejam atentos a esses interesses, tendo em vista que o lugar do líder é um campo de disputa, competição e conflitos. É preciso observar se estão criando condições para ampliar a participação dos moradores ou não. (FREITAS et al, 2004)

Assim sendo, diante da problemática da participação, para Herkenhoff (1995) o líder e a própria entidade popular são apenas elos dentro de uma grande rede composta por determinantes históricos, culturais, políticos, econômicos, sociais, éticos e morais, os quais perpassam, entre outras questões, as estruturas do poder, o surgimento e o funcionamento das entidades populares, as relações que estabelecem com o Estado e com os políticos profissionais. Para a autora, é possível encontrar nas associações de moradores o líder comunitário (geralmente o presidente da entidade) e alguns líderes intermediários (geralmente componentes da diretoria). Os moradores são os liderados, que participam das atividades da entidade, podendo assumir a liderança eventualmente,

de acordo com a circunstância, como, por exemplo, na organização de uma festa, de uma assembléia, de uma gincana, de um abaixo-assinado, de um mutirão.

Ainda segundo uma análise de Herkenhoff da caracterização do líder, ele pode ser identificado como:

[...] aquele que se forma na luta prática, possui personalidade distinta e complexa, cuja conduta é influenciada pela conjuntura local e nacional, pela cultura de sua época, pela relação que estabelece com o grupo, com a comunidade, com o poder municipal e estadual. A seleção do líder se produz no jogo da luta pelo poder, enquanto que a sua evolução definitiva se realiza no jogo do exercício do poder. Muitos tornam-se líderes a partir do aprofundamento de sua compreensão do mundo, comprometem-se então na luta por uma sociedade mais justa e igualitária; outros tornam-se líderes após uma luta dos moradores do bairro por melhores condições de vida, e alguns são designados líderes pelos órgãos públicos. Vindos de trajetórias diversas todos estão sujeitos a transformarem-se em chefes e criarem uma relação de dependência com seus “liderados”. (1995, p. 50)

Nessa caracterização realizada pela autora, se podem referenciar vários pontos que foram empiricamente percebidos nas entrevistas realizadas. É possível verificar que alguns sujeitos participantes dos movimentos sociais “aprendem a lutar na luta”. Isto é, adquirem: práticas de reunião; experiência em mobilização para obtenção de melhorias urbanas em suas comunidades; conhecimento acerca de legislação, e de assuntos pertinentes à melhoria na qualidade da participação; experiência em reivindicações coletivas. Sendo estes alguns elementos que se consolidam e se transmitem cumulativamente entre os sujeitos. É importante frisar que, no interior dos movimentos sociais, há toda uma rede de sociabilidade (SCHERER-WARREN, 2001) e espaços de transmissão de experiência que podem ocorrer sob a influência da Igreja, partidos políticos e entidades profissionais. Trata-se de um aprendizado não formalizado, mas relevante para a continuidade e o aperfeiçoamento da participação.

Um outro ponto é o modo como essas pessoas tornam-se líderes, seja em função de algo na comunidade que incomoda individualmente alguém (Sujeito 1), seja em função do compromisso com a melhoria da qualidade de vida da comunidade (Sujeito 2), seja em função de proteger a comunidade de ações implementadas pelo governo municipal (Sujeito 3). Cada um dos entrevistados foi influenciado, entre outras, por vivências pessoais relacionadas à sua trajetória, ao seu grupo de referência, às relações

que estabeleciam com outros grupos e com o Estado, além de vivências comuns vinculadas à conjuntura local.

Herkenhoff (1995) considera que a identidade do líder só é construída no campo do coletivo, no interior de um grupo social determinado, mas, ao mesmo tempo em que ele é um ator social, é um ator singular. A cada situação vivenciada, a identidade do líder passa por um conflito entre o espaço individual da história familiar do sujeito e o espaço social de um outro coletivo em que esse sujeito também está inserido. Podemos, então, considerar que a identidade do líder também se constrói na relação com o grupo e com o Estado.

A noção de identidade aparece condicionada tanto pelo contexto das idéias de épocas dominantes quanto pela realidade local. Portanto, podemos considerar que a identidade de um líder comunitário também é construída a partir de ideologias, que pode ser entendida como o “conjunto de idéias, procedimentos, valores, normas, pensamentos, de concepções religiosas, filosóficas, intelectuais, que possui certa coerência interna, orientando os sujeitos para determinadas ações, de uma forma partidária e responsável” (MARCONDES FILHO, 1994, p. 28). O autor traz ainda alguns itens que propõem uma caracterização de ideologia: ela pertence sempre a um grande grupo de pessoas, nunca a um sujeito separadamente; vive fundamentalmente de símbolos – ela trabalha com símbolos e é formada por estereótipos; mostra-se como um conjunto de valores, sendo que o valor é alguma coisa que o indivíduo preza; é uma forma de ver o mundo, é uma visão de mundo; possui também uma grande capacidade de mobilizar as pessoas e as massas; mostra-se como progressista, avançada ou revolucionária, não pelas declarações, pela ostentação, pelo que o sujeito fala, mas ela só é pela prática, pela ação do sujeito. Considerando o que foi exposto, é preciso conhecer as ideologias, entender plenamente seus significados, para que se possa, como ser autônomo, agir com independência, consciência, indo ao encontro dos interesses que se deseja.

Nesse sentido, podemos entender que uma das funções do líder é a de representar e dar expressão às necessidades e aos desejos do grupo e contribuir de modo positivo para satisfazer essas necessidades. Para Beal, Bohlen e Raudabaugh (1968, p. 28)

o líder democrático surge naturalmente do grupo a que pertence e não por atrair seguidores. É inevitável que

sempre haja alguém cujas idéias influenciem mais do que as dos outros. Nesse caso surge uma opinião comum de que esses indivíduos estão mais capacitados para o desempenho de certas funções.

A questão da liderança, considerando-a um processo que vivencia contradições, é entendida como um fenômeno natural e especial de alguns seres humanos. Em toda comunidade é possível encontrar um ou outro morador que se destaque entre os demais, em relação à liderança natural. Sendo assim, não se pode deixar de mencionar a importância que possui a liderança como um elemento de integração e de mobilização da comunidade. É importante salientar que não se trata propriamente de liderança centralizada, mas de um exercício de liderança, o qual deve ser desenvolvido pelos mais diversos membros da comunidade. Para facilitar o exercício de liderança, pode-se utilizar com os membros da comunidade a divisão de trabalho, a tomada de decisões em comum, as avaliações em comum, os trabalhos em grupo (SOUZA, 1987). Quanto mais desenvolvido for esse processo de liderança, maior será o envolvimento da comunidade com as demandas específicas locais.

No caso da UFECO, isso pode ser verificado na própria formação da diretoria, que é descentralizada, possuindo nove coordenadorias regionais, tendo como critério que cada coordenador seja da própria região em que reside, ficando assim mais perto da comunidade. O que permite que o coordenador tenha maior conhecimento do que está ocorrendo em sua base territorial, e assim levar a demanda para discussão em reuniões e assembléias que a UFECO realizada ordinariamente.

Podemos perceber nas entrevistas, e com base no texto de Durham (1984), que as lideranças comunitárias buscam desempenhar um papel novo, negando práticas clientelistas que existem nos mais diversos segmentos da sociedade. Para tanto, elas desenvolvem valores como a independência política e a autodeterminação, divulgam uma ideologia mais democrática, obrigam o Estado a responder às reivindicações antes ignoradas. Pode ser observado nos depoimentos abaixo que as lideranças comunitárias lutam junto aos órgãos governamentais para a melhoria da qualidade de vida.

... nós conseguimos mudar a lei do Plano Diretor. Mudou, alterou, conseguimos mobilizar, fazer uma luta de um ano na Câmara de Vereadores. Eles só alteraram o zoneamento, aprovaram a alteração do zoneamento, a partir do momento que nós fomos pra luta. (Sujeito 2)

... fiquei em discussão com a prefeitura dois anos e pouco, por causa da discussão da relocação, porque a prefeitura queria uma coisa e nós queríamos outra. Eu não ardeei um milímetro pra prefeitura, é o que a comunidade quer . (Sujeito 3)

É possível perceber, a partir dos depoimentos, o quanto os líderes se engajam na luta pela melhoria da qualidade de vida da cidade. Qualidade de vida entendida como o acesso de todos os cidadãos às riquezas da cidade onde vivem, bem como o desenvolvimento de um ambiente onde se pratica uma ética em que sejam realidade o respeito ao outro e à natureza, e ainda a percepção de que o que acontece ao outro tem consequência para todos.

Encerrada a seção, pode-se vislumbrar como se dá a participação no movimento sociocomunitário, a partir dos depoimentos dos entrevistados, considerando que participar é condição para que o ser humano possa conquistar sua liberdade, sua felicidade e até mesmo sua humanidade, no sentido mais pleno.

3. MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO: A “COMUNIDADE” NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS

Nesta seção, a partir da abordagem de alguns conceitos sobre movimentos sociais, realiza-se uma reflexão e análise sobre o entendimento que possuem os sujeitos do processo acerca do “movimento sociocomunitário”.

3.1. Florianópolis: um breve resgate do surgimento do movimento social

Os movimentos sociais, em Florianópolis e em Santa Catarina, seguem a mesma trajetória dos movimentos sociais no Brasil. Até a década de 70, a mobilização e a organização popular no estado como um todo foram incipientes, ainda que, nos anos que precederam ao golpe militar, possam ser encontradas formas de organização da sociedade civil atuantes na esfera pública, como o movimento estudantil¹³. Ele se projeta a partir da campanha pela estatização do petróleo e se fortalece nos anos de 1960, com a atuação da Juventude Universitária Católica e Ação Popular. A partir dos anos 50, dá-se o surgimento da Associação de Mulheres Catarinenses, reivindicando direitos sociais como igualdade salarial e creches, dentre outros, sendo algumas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, o que marca o perfil ideológico do grupo (RIBEIRO, 2005).

Na região de Florianópolis, na década de 60, segundo Scherer-Warren e Rossiaud (1999), podemos encontrar sinais de resistência sindical, por meio dos bancários, que, em 1961, aderiram à greve nacional e à Associação dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica, que, nessa mesma época, se transforma em sindicato, ainda que com características acentuadamente assistencialistas, traço marcante do sindicalismo oficial brasileiro. Sendo que, nos anos de 1980, marca presença no cenário local o novo sindicalismo, quando, na metade da década, surge o Movimento de Oposição Bancária, em Florianópolis, contrário ao perfil assistencialista e atrelado ao sindicalismo brasileiro, defendendo uma postura mais reivindicativa e de contestação.

Também, na década de 80 se percebe uma articulação maior no movimento de bairros. Em meados da década, começam a surgir conselhos comunitários e associações

¹³ Em 1949, é fundada a União Catarinense de Estudantes – UCE, e nos anos 60 surgem a União Nacional dos Estudantes – UNE, a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular; estas entidades passam a ter uma atuação expressiva na esfera pública local, principalmente em Florianópolis.

de moradores de oposição nas periferias de Florianópolis, com a mediação da Igreja Católica. Outros movimentos sociais com caráter distinto que surgem nessa década são: o ambientalista, o étnico, o feminista, entre outros.

Nesse sentido, se podem apontar alguns grupos que se destacaram, como os feministas. O *Amálgama*, que funcionava nos moldes de um grupo de reflexão, buscava construir uma identidade feminina mais autônoma e liberta das amarras do patriarcalismo. O *Vivências*, que tinha suas atividades mais voltadas para a esfera pública, trabalhava na linha das denúncias e da promoção de eventos, como a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Vários grupos ecologistas foram formados em meados dos anos 80, dentre os quais o Movimento Ecológico Livre – MEL, criado em 1984, tornou-se o mais conhecido, por reunir a ação direta de pequeno porte, a utilização da imprensa local, o desencadeamento de ações judiciais, a utilização dos espaços institucionais de elaboração de políticas públicas e, em tempos mais recentes, a atuação político-partidária e a assessoria parlamentar.

No fluxo dos movimentos identitários, segundo Scherer e Rossiaud (1999), grupos étnicos negros passam a ser formados. No início da década de 80, surge o Grupo Antonieta de Barros, para denunciar a opressão da raça negra em Florianópolis. A questão racial passa, posteriormente, a ser refletida de maneira mais ampla no interior de um novo grupo, a União da Consciência Negra. Em 1986, esse grupo deu origem a uma organização mais permanente, o Núcleo de Estudos Negros – NEN, uma ONG com muito expressiva na cidade. Esse grupo trabalha para a introdução da temática da cultura negra no sistema educacional, para o fortalecimento das organizações de defesa da raça negra e assessora movimentos em suas lutas contra a discriminação cultural e racial.

Esses novos movimentos sociais tiveram um papel importante no sentido de divulgar e consolidar novos valores culturais, em defesa de minorias historicamente discriminadas ou excluídas de processos societários relevantes, e em favor de um meio ambiente mais saudável.

Assim, foi possível perceber que o movimento social em Florianópolis contou com o envolvimento de grupos diversificados, que, além de estarem ligados a problemas mais específicos da cidade, estão também preocupados com questões mais amplas que atingem toda sociedade brasileira.

Para um maior entendimento acerca dos movimentos sociais, no item próximo item se abordará o tema.

3.2. Movimentos sociais: entre as necessidades sociais e a efetivação da democracia

A temática “movimentos sociais” estimulou uma intensa produção acadêmica, com uma expressiva complexidade de concepções. Nesse sentido, como este trabalho não tem a intenção de debater as várias concepções, indica-se como bibliografia para um aprofundamento do tema: Gohn (2004), Sader, (1988), Scherer-Warren (1989), Telles (1989), Doimo (1995), entre outros autores.

Considero importante explicitar que existem diferentes interpretações sobre o que é um movimento social, na atualidade. Isso ocorre a partir de três fatores: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere ao seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; e mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais (GOHN, 2004). Dessas alterações resulta que um conjunto desigual de fenômenos sociais tem sido designado como movimentos sociais.

Os movimentos sociais se originam, segundo Agnes Heller, em torno de um sistema de necessidades: são as carências insatisfeitas, independentemente de sua natureza (social, política ou cultural), as forças motoras dos movimentos (1985, p. 214). O processo de adesão de uma pessoa a um movimento é consequência de sua particular estrutura de necessidades, o que supõe uma dimensão subjetiva na determinação da carência. Os movimentos articulam-se (em diferentes níveis e com amplitude diversa) em função de uma ou várias reivindicações coletivas que são definidas a partir da percepção de *carências comuns* (que vão desde a ausência de asfalto, ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais, em seu conjunto).

Segundo Durham (1984, p. 27), “é a carência que define a coletividade possível, dentro da qual se constituem a coletividade efetiva dos participantes do movimento”. No entanto, só a carência não basta para a constituição da coletividade; para isso é necessário que os sujeitos tomem consciência dessas carências e partam para uma ação conjunta. Sendo que os movimentos sociais constituem formas flexíveis de mobilização, operando ‘cortes’ muito diversos uns dos outros, definindo coletividades de tipos muito

diferentes (entre os movimentos estão os de: mulheres, negros, homossexuais, moradores de rua, entre outros). Nessa perspectiva, aqueles que entendem a democracia como um valor podem estar insatisfeitos com o estado das coisas. E, a partir dessa insatisfação, alguns se sentirão motivados, juntamente com outros também insatisfeitos, a atuar em alguns espaços sociais, no sentido de criar dinâmicas dirigidas a uma efetivação da democracia.

Num sentido geral, "democracia" designa um modo de vida, numa sociedade, em que se acredita que cada indivíduo tem o direito de participar livremente das diferentes instâncias da vida social, de defender seus valores e ver respeitada a sua individualidade, sua cultura, desde que essas atitudes não firam os princípios básicos da Constituição e não interfiram no direito do outro. A democracia garante a todos os membros de uma sociedade a participação por livre escolha das decisões em qualquer campo da vida social, seja de forma individual ou coletiva. É uma oportunidade dos cidadãos participarem das decisões políticas mais específicas, as quais afetam suas vidas de forma individual ou coletiva.

Em relação à democracia, se utiliza como suporte teórico a definição de Bobbio (1997, p. 326): “pode concluir-se que por democracia foi se entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade)”. Onde será estabelecido quem tem autorização para deliberar coletivamente e com quais procedimentos. Segundo Duriguetto (2007, p. 78), “o objetivo do processo decisório democrático é possibilitar, a indivíduos e grupos, decidir que líderes, regras e políticas melhor servirão aos seus interesses”.

Assim, é possível compreender que a transformação de necessidades e carências em direitos, realizada nos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania. Segundo Durham (1984, p. 29), “a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito”.

Dessa forma, segundo Ribeiro (2005), quando se pensa em movimentos sociais, entende-se que não existe um movimento social homogêneo, uno e estruturado, mas movimentos sociais, com práticas diferenciadas e com identidades próprias, que constituem os movimentos. Eles possuem caráter plural, heterogêneo e com diversos conflitos e interesses, que mudam no decorrer de sua história. A importância dos movimentos sociais está no papel que eles passam a desempenhar no processo de

organização popular. Esse processo acontece na medida em que as pessoas superam as saídas individuais e recorrem a alternativas coletivas.

Nesse sentido, é preciso ressaltar ainda que os movimentos geram uma série de inovações nas esferas privada e pública (estatal e não-estatal), participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade. Levando-se em consideração que o caráter dessas transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Os movimentos têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, sendo que suas agendas de luta são construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem os problemas e conflitos da sociedade em que atuam. Conforme Gohn (2004, p. 251), “as ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum”.

Dentro dessa perspectiva, é preciso considerar uma hipótese levantada por Durham (1984, p. 26), “a de que os movimentos sociais constituem uma forma específica de mobilização popular com espaço próprio, diverso daquele ocupado por partidos e sindicatos”. Além disso, ainda segundo a autora, a análise dos movimentos sociais não pode ficar restrita aos que possuem uma base popular, mesmo quando as reivindicações são propriamente urbanas. Pois o crescimento das cidades não afeta apenas as camadas mais empobrecidas, assim como as modificações nos padrões de consumo não se restringem à necessidade de novos serviços públicos, mas todo o modo de vida é afetado, provocando a emergência de uma nova cultura, no sentido antropológico. São exemplos claros dessa transformação cultural os movimentos feminista e ecológico.

Diante desse quadro, podemos entender, com base em Lesbaupin (1995, apud Pereira, 2001), que:

movimento social é toda ação coletiva, implicando na passagem da imobilidade ou passividade para a mobilidade – onde um grupo social ou uma aliança de grupos sociais (estudantes, operários, aposentados, moradores de um bairro, setores populares, a maioria da população, grupos raciais, mulheres, etc.) busca através de atividades de massa, alcançar um objetivo na organização da sociedade: seja defender um direito ameaçado, seja obter algum bem coletivo (melhores salários, transportes, mudanças culturais, derrubada de um projeto governamental, mudança de governo, etc.).

Ribeiro (2005) considera que estão presentes na luta dos movimentos sociais dois elementos importantes. O primeiro diz respeito ao que Agnes Heller denominou *necessidades radicais*: a necessidade que todo ser humano possui de sobreviver, necessidade de questionar a legitimidade de todas as formas de dominação, e a necessidade de questionar o Estado, entre outras. O segundo trata da ênfase na vida cotidiana, considerada como um espaço de reprodução da vida social, sendo entendida como lugar de dominação, mas também da rebeldia, da mudança.

[...] é por meio dos movimentos sociais que os sujeitos coletivos poderão começar a minar as tradicionais estruturas de dominação com seus respectivos modelos de desenvolvimento, de exclusão social, de discriminação sócio-cultural; e estabelecer novos rumos para a nossa sociedade e com vistas às gerações futuras. (SCHERER-WARREN, 2001, p. 45)

No caso de Florianópolis, mais especificamente no âmbito da relação entre a UFECO e o NESSOP, utiliza-se o termo “movimento sociocomunitário”, como modo de agregar todas as formas de movimentos sociais que lutam por melhor qualidade de vida. Nesse sentido, podemos compreender, conforme Lüchmann (2004), que o movimento sociocomunitário empreende esforços para fortalecer e articular as diversas formas de organizações existentes, além de propor junto ao poder público municipal medidas que visam maior participação política e uma gestão mais democrática, envolvendo todos os setores da sociedade civil na tomada das decisões referentes às questões da cidade.

Para melhor compreensão, utiliza-se uma definição dos autores Lüchmann, Nobre, Carvalho, Martins (2004, p. 58), na qual se entende o movimento comunitário como:

o conjunto de organizações (associações de moradores, conselhos comunitários, etc) que visam representar os interesses dos moradores de sua localidade, bairro ou região. Trata-se de um tipo de associativismo que apresenta uma especificidade, qual seja, a articulação e organização de moradores tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas.

O movimento sociocomunitário em Florianópolis pode ser caracterizado, de maneira geral, como tendo uma posição mais voltada para a ampliação dos direitos sociais e a consolidação da democracia política, assim como para a busca do poder popular. Não deixando de mencionar, conforme Vigevani (1989, apud Herkenhoff, 1995, p. 46), algumas dificuldades que esse mesmo movimento experimenta no cotidiano, como a defasagem entre o discurso da igualdade e a realidade dos movimentos sociais; a dificuldade que os movimentos possuem de formularem propostas mais abrangentes, onde o conceito de cidadania associe-se ao de soberania popular; e os limites para se atingir a soberania popular, quando a regra das pessoas é a da não-participação ou de uma atuação parcial.

Nessa perspectiva, se pode mencionar que o movimento sociocomunitário em Florianópolis busca a ampliação da cidadania por meio da luta pelo direito à cidade, fortalecida com as discussões sobre o Plano Diretor Participativo da Cidade. A luta pelo direito à cidade, regulamentado pelo Estatuto da Cidade, busca a democratização do acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à liberdade de organização e a um território rico e diversificado, sem distinção de gênero, raça ou crença. O Estatuto também garante que a participação popular permeie toda e qualquer discussão e decisão sobre a cidade tomada pelos órgãos públicos, por meio de audiências públicas¹⁴.

Muito embora o termo “movimento sociocomunitário” esteja sendo utilizado por alguns, ele ainda não está completamente compreendido para os sujeitos que participam desse próprio movimento. Podemos perceber isto na fala dos sujeitos deste estudo, quando indagados a respeito do que entendiam por movimento sociocomunitário. O Sujeito 3, em sua resposta, falou sobre um curso de capacitação para lideranças, do qual ele já havia participado, e que deveria ser realizado pela UFECO, e falou também sobre liderança comunitária, demonstrando assim a confusão que o termo ainda traz para os participantes do movimento. Abaixo, os outros depoimentos.

Eu acho que o movimento sociocomunitário precisa ser mais detalhado. Porque muitas pessoas ficam se perguntando: O que é "sociocomunitário"? "Sócio" faz parte de uma sociedade, associação, agremiação, de uma

¹⁴ As audiências públicas são realizadas por meio do Núcleo Gestor do Plano Diretor, o qual realiza periodicamente suas reuniões. O Núcleo Gestor é um órgão de caráter consultivo, composto por dez representantes do poder público, dezesseis de segmentos da sociedade civil organizada e treze conselheiros distritais, escolhidos em audiências públicas, realizadas em 2007 nos onze distritos que compõem o município.

comunidade, de uma região... se eu for querer falar de sociocomunitário, até eu tenho as minhas confusões. Eu vejo assim, que o "sociocomunitário", formação de grupo na sociedade, trabalhando em prol do outro, dando-se as mãos. (Sujeito 1)

O termo "sociocomunitário" pra mim, acho que é apropriado. Porque é sociedade civil e a comunidade organizada. Então, pra mim, "sociocomunitário" significa sociedade civil organizada. E "comunitário" porque é das associações de moradores que você vai discutir os problemas do seu bairro. Não só do seu bairro, você vai tratar também de questões relativas ao associativismo, como é que você associa pessoas para elas participarem. (Sujeito 2)

O movimento sociocomunitário apresenta-se como uma das expressões do movimento social. Atuando localmente, necessita estar sempre na relação com o macro, e caracteriza-se pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de associação, de convivência, de trocas numa “comum-unidade”.

Assim, diante do que foi exposto até o momento, entendo que se faz necessário abordar o tema "comunidade", empregado por muitos pensadores nos dois últimos séculos, no sentido de que abrange formas de relacionamento que se caracterizam por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo (Nisbet, 1987, p. 255). Bem como, o termo “comunidade” foi recorrentemente utilizado pelos sujeitos entrevistados como uma definição do que seria o movimento sociocomunitário. No item a seguir uma breve contextualização sobre o tema será apresentada.

3.3. Movimentos Sociais e a noção de Comunidade

O termo “comunidade” é amplamente utilizado nos dias atuais por várias ciências, de diferentes formas e com diferentes intencionalidades. Dessa forma, para este trabalho se utiliza como conceito de comunidade o formulado em Silva et al. (2003 p. 11), o qual apresenta comunidade

[...] como um conjunto de pessoas agrupadas em um determinado espaço geográfico (local, regional, nacional, internacional), institucionalizado ou não, consciente ou não de pertencimento, em constante processo de

interação política, cujas relações sociais, plurais, dimensionam o sentido da vida interna-externa de seus membros, e promovem modos de ver, sentir e pensar o mundo.

Nesse sentido, um grupo de pessoas que vivem num determinado espaço, sob as mesmas condições socioculturais e ambientais, cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivo ou função em comum, é denominado de "comunidade". Segundo Pereira (2001, p. 150), o termo "comunidade" é entendido como designando algo aberto, heterogêneo, “não como algo que unifica, totalitário e coeso, e sim como processualidade permanente”, onde existem novos encontros entre as pessoas, para a discussão de idéias, projetos, desejos, onde também podemos encontrar a produção e a decomposição de novas ordens, persistindo, assim, “a multiplicidade, a singularidade e a articulação entre o todo e a exceção”.

é que a gente já criou um respeito, uma confiança um no outro, aqui na comunidade. A gente sempre conversa, sempre troca idéia. (Sujeito 3)

Podemos entender, a partir dos sujeitos da pesquisa, que, em alguns casos, a visão dos sujeitos está mais voltada para a comunidade do que, propriamente, para o movimento mais amplo. Quando indagado a respeito do seu objetivo dentro do movimento comunitário, o Sujeito 3 respondeu:

Da minha comunidade, o meu objetivo agora é a gente relocar, o meu objetivo aqui é organizar a estrutura da comunidade [...] então é esse o meu objetivo na comunidade, é fazer com que eles entendam, se respeitem e acreditem que a gente é capaz de fazer tudo por nós mesmos, nós não precisamos fazer pelo mundo inteiro, mas fazendo a nossa parte... é pra nós.... cuidar da nossa casa.

Isso mostrou que, para alguns, existe certa dificuldade em fazer a diferenciação entre o movimento comunitário e a própria comunidade.

Vários são os elementos que constituem uma comunidade, conforme texto de Rodrigues e Costa (2002, p. 3). Além dos elementos materiais, representados pelo meio físico, há os elementos históricos, culturais, psicológicos, religiosos e humanos. Uma comunidade não pode ser encarada de forma rígida. Não se pode isolar situações econômico-sociais e histórico-culturais, pois elas se difundem por uma área geográfica,

desrespeitando as barreiras territoriais. Cada comunidade é parte de outra comunidade maior, na qual está inserida. Assim sendo, na área de um bairro ou de um município podem ser encontradas várias comunidades, de diversos tamanhos, podendo ultrapassar as divisões territoriais, se prolongando na área vizinha.

Ainda de acordo com os autores, é possível compreender que, devido à interdependência de situações, muitas comunidades vizinhas se assemelham. Situações e problemas passam a ser comuns a uns e outros, tendo como diferenciadores a forma que seus representantes utilizam para tratá-los. As soluções dos problemas devem ser buscadas, não de maneira isolada, visando o bem exclusivo de cada comunidade, mas em termos de ações solidárias que envolvam, igualmente, as comunidades vizinhas. Nesse sentido, podemos entender como sujeito importante, para a busca coletiva de soluções, a UFECO. Ela luta por melhorias urbanas, de forma mais coletiva, não apenas por uma comunidade, mas para toda a cidade.

Entretanto, dois entrevistados mencionaram a ausência da UFECO nas suas comunidades, a falta de um envolvimento maior com os problemas das suas comunidades. Assim como também se verificou certa dificuldade de algumas comunidades entenderem o papel da UFECO. Até mesmo porque entre a própria diretoria havia confusão, alguns acreditando que o papel da UFECO seria o de um organismo direcionado para lutas mais coletivas. No entanto, outros acreditavam que a UFECO, por ser a “união das entidades comunitárias”, teria que ir mais às bases, buscando saber as demandas das comunidades e levando-as para uma discussão mais ampla, com todas as comunidades e os órgãos públicos.

Sempre foi uma dificuldade levar as questões da UFECO com as questões do bairro. Sempre teve uma dificuldade dos componentes da chapa, que eram moradores do bairro, de entender o papel da UFECO... era necessário que a UFECO fizesse o movimento de ida à associação. Não houve. (Sujeito 2)

Eu fui me filiar na UFECO agora, nós não éramos filiados. Achava a UFECO muito desorganizada. Falei pro Azevedo: "Tu nunca fez nada pela minha comunidade, tudo isso que tem na minha comunidade, fomos nós que fizemos sozinhos, sem ninguém ajudar a gente.". (Sujeito 3)

Por meio do depoimento do Sujeito 3, podemos perceber o papel que ele atribuía à UFECO. Entendendo a luta da UFECO como mais local, na comunidade, e não no

âmbito da cidade, como participante de um movimento mais amplo, em uma luta coletiva por uma cidade com melhor qualidade de vida para todos.

Para vislumbrarmos como as comunidades são compreendidas e estudadas no Brasil, segundo Nasciutti (2001) quase sempre a associação imediata que se faz é de que se trata sempre de comunidades carentes, desfavorecidas, favelas. Essa associação tem sua razão de ser, já que a maioria dos trabalhos publicados, principalmente nas áreas de sociologia e serviço social, refere-se efetivamente a estudos em comunidades carentes. A ênfase e a prioridade dada a esse trabalho se devem às graves questões sociais brasileiras, ao imenso fosso que separa os grupamentos sociais, em função das desigualdades de renda e de condições de vida, do descaso dos setores públicos para com essas comunidades (p. 115).

Apesar do conceito de comunidade ser aplicado a qualquer grupo social, independentemente da classe a que pertença, ele tende a corresponder, erroneamente, a segmentos da população de baixa renda, particularmente os “favelados”. O termo “favela”, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é um aglomerado de mais de 50 domicílios – na sua maioria, carentes de infra-estrutura – e localizado em terrenos não pertencentes aos moradores.

Além disso, para que a área seja considerada como uma “favela”, segundo o IBGE, é necessário ainda que o aglomerado tenha, pelo menos, uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões (vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular), além de construções não regularizadas por órgãos públicos; precariedade de serviços públicos (a maioria das casas não conta com redes oficiais de esgoto e de abastecimento de água e não é atendida por iluminação pública).

As comunidades antes consideradas marginalizadas, ocupantes predominantemente das encostas dos morros, assim designadas por “favelas”, passaram a ser tratadas pelo poder público através de vários programas. Nesses programas, aos poucos, a denominação “favela” foi sendo gradualmente substituída por “comunidade”, numa tentativa quase inútil de camuflar os vários problemas que elas apresentam e que ainda as mantém como população segregada.

Em Florianópolis, é possível perceber que o termo “favela” não é muito utilizado, nem por moradores, nem pela mídia. Isso pode ser caracterizado pelo sentido que a palavra “favela” vem tendo: como lugar de marginais, lugar de violência. Nenhuma pessoa quer ser ligada a um lugar assim. A favela não é percebida como parte

da cidade. É percebida como algo que precisa ser eliminado. Assim, é possível entender porque o termo não foi agregado pela população. Em uma matéria do *site* Floripamanhã¹⁵, fica claro, a partir de um depoimento, o quanto o termo incomoda: “Se o pessoal diz que isso aqui é uma favela, mas é uma comunidade. Se hoje a gente está sem emprego ou com dificuldades, amanhã juntamos um dinheirinho e melhoramos a casa” (Ivone Fernandes da Rocha). Nas entrevistas, o termo também não foi utilizado, sendo que a palavra “comunidade” foi amplamente empregada. No entanto, existe a considerar que muitas comunidades em Florianópolis possuem características que são específicas de uma favela, se utilizarmos os dados do IBGE, já mencionados anteriormente.

Uma outra possibilidade para o uso da palavra “comunidade”, em contraposição a “favela”, pode ser dada pela influência das Comunidades Eclesiais de Base na periferia e nos morros de Florianópolis. A atuação da Igreja Católica contribuiu significativamente para a organização e mobilização inicial das comunidades carentes, também com a formação de grupos de jovens nessas comunidades, fazendo com que se conscientizassem para uma luta coletiva pelas necessidades básicas. O trabalho da Igreja Católica, fundamentado nos princípios da Teologia da Libertação e de estudantes universitários em geral, serviu de base para uma organização alternativa dos moradores, numa perspectiva de luta pela conquista de direitos sociais.

Tendo por base o texto de Silva (et al. 2003), podemos compreender que a idéia de comunidade remete a algumas questões relacionadas a dois aspectos: a noção de político e a formação plural (múltiplas concepções ideológicas, culturais, religiosas, éticas e econômicas, resultantes da própria dinâmica de sua constituição). Em relação à questão do político, ele deve ser abordado sob os pontos de vista *político-ideológico* (autonomia x autoridade), o qual pode possibilitar o rompimento com estruturas autoritárias e consolidar movimentos que fomentem a autonomia dos sujeitos e dos espaços sociais; *político-social* (leitura da dimensão material e objetiva da vida comunitária) – é no cotidiano da sociedade que se expressam as sensações materiais e subjetivas dos indivíduos e dos grupos existentes; e *político-cultural-affirmativa* (espaço de pertencimento e de auto-affirmação social) – é no cotidiano das relações comunitárias que os sujeitos formam, na medida em que as experiências se enraízam, suas identificações, seus modos de vida e seus hábitos.

¹⁵ Matéria do dia 29.06.06, no *site* floripamanha.org/weblog/2006/165/

Uma outra questão importante, trazida pelos autores está na idéia de que a formação da comunidade é plural, no sentido de que surgem diversos sujeitos na sua gênese, norteados por posições ideológicas, culturais, religiosas, étnicas, econômicas, resultantes da própria dinâmica de sua constituição.

A partir dos estudos de Nisbet, Sawaia (2001, p. 50) apresenta algumas idéias fundamentais sobre comunidade:

Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição.

Ao integrar-se em uma comunidade, o homem busca a aceitação do outro, a identificação do e com o grupo, o fortalecimento da união. Isso leva, de um modo geral, à solidariedade, ao apoio mútuo, ao sentimento de grupo, de unidade. Ações coletivas são desenvolvidas para reavivar esse sentimento de “boa vizinhança”, por exemplo, as festas dos moradores das comunidades; um outro exemplo são os times esportivos, que possibilitam a coesão do grupo.

Assim, o que se pretendeu trabalhar aqui foi o significado que o termo "comunidade" assume numa perspectiva local. Portanto, o conceito de comunidade atribui força para a representatividade comunitária, para que, assim, possa garantir maior legitimidade tanto nas decisões, quanto no momento de discussão com o poder público. A importância do sentido de comunidade vai além de se considerar somente o espaço físico que elas ocupam, ou o espaço das relações sociais que ganham na disputa por poder e participação no cenário político e social. Ele possibilita um espaço para a ampliação da participação, um espaço para ouvir e ser ouvido, bem como o sentimento de pertença e a consciência de possuir interesses comuns, que permite aos seus membros atingirem objetivos que não poderiam alcançar sozinhos.

Ao concluir esta seção, pode-se compreender a importância da reflexão acerca do movimento sociocomunitário, posto que existe alguma dificuldade por parte dos

sujeitos atuantes no próprio movimento, para o entender e explicá-lo não só como um movimento amplo, mas também diferenciando-o da noção que possuem de “comunidade”. Assim, pretendeu-se auxiliar na compreensão e reflexão dos eixos teóricos “movimento sociocomunitário” e “comunidade”, no sentido de contribuir para o esclarecimento dos temas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade em que se disseminam valores como o individualismo e a homogeneização, as práticas de associação contrariam a ideologia dominante, e vislumbram a construção de uma nova sociabilidade. Essa necessidade humana de associação, de relação com o outro, gera o reforço de uma identidade específica, de auto-estima, de convivência e de respeito para com o diferente, da politização do cotidiano, da construção de novas relações e da consciência de participação (CARDOSO, 2003).

Nesse sentido, a participação sociocomunitária é a instância que se encontra mais próxima da vida do cidadão, em que ele pode intervir mais facilmente, apresentando grande potencialidade de construção de uma democracia maior a partir daí, gerando consciência crítica e autonomia. Portanto, podemos entender que é preciso não só criar canais de participação, mas é necessário desenvolver um trabalho de mobilização para construir uma participação verdadeiramente democrática, na qual os sujeitos possuam condições de participar.

Sendo assim, compreende-se que o associativismo civil, no qual o movimento social encontra suas bases de sustentação, vem construindo e inventando a democracia, através das lutas por novos direitos, do reconhecimento das identidades e das subjetividades específicas, assim como da politização e socialização de novos valores, a partir do cotidiano familiar e comunitário.

Coloca-se assim um desafio para as organizações representativas do movimento sociocomunitário – como exemplo podemos considerar a UFECO – na medida em que devem atuar na potencialização da capacidade de participação dos seus representados, investindo mais ações no processo de mobilização social. Não esquecendo de que o comprometimento governamental, tendo receptividade com as iniciativas da sociedade civil em relação ao processo democrático-participativo, também se coloca como elemento fundamental para que se construam espaços plurais para a explicitação e equacionamento de conflitos.

Se pode verificar, em Florianópolis, que a articulação da sociedade civil, na luta por participação, proposição e decisão nos rumos da política urbana, ganha novas dimensões e exige das organizações comunitárias, bem como da UFECO, que se pense sobre temas (meio ambiente, gestão democrática, Plano Diretor, entre outros) que antes

estavam “fora” do cotidiano das comunidades. O Plano Diretor Participativo, visando a qualidade de vida urbana como direito constitucional, surge como pano de fundo, para que sejam debatidos temas que são do interesse da coletividade, e que afetam diretamente a todas comunidades.

A partir do exposto neste trabalho, entendo que as organizações comunitárias possuem o propósito de lutar e defender os interesses dos moradores das comunidades, assim como de conquistar direitos e garantir melhorias na qualidade de vida.

As organizações comunitárias que foram pesquisadas apresentaram, como uma de suas características, o fato de todas possuírem estatutos (na maioria, padronizados). Sendo assim, todas realizam eleições em períodos que variam de 2 a 5 anos, e, como observou-se no Gráfico 3, há poucas reconduções ao cargo.

Podemos, então, entender que o exercício da liderança é um processo contínuo e dinâmico, que requer reforço e manutenção cotidiana; algumas vezes ele pode ser bem sucedido e outras, nem tanto. Foi possível perceber pelo perfil das lideranças que ele possuía, para esses entrevistados, um caráter de provisoriedade. A análise possibilitou identificar, como características dessas lideranças em Florianópolis, que, na sua maioria, eram jovens, casados, do sexo masculino, há pouco tempo no cargo e possuíam o ensino médio. Essas características demonstram que o exercício da liderança ainda estava nas mãos dos homens, mas isso já vinha mudando paulatinamente, haja vista a eleição da UFECO, onde mulheres assumiram os quatro cargos mais importantes da entidade.

Para as lideranças entrevistadas a noção de movimento sociocomunitário residia na força da comunidade, ainda não suficientemente explorada. “Minha comunidade”, “nossa comunidade” foram expressões amplamente utilizadas por eles, em suas falas. As lideranças demonstraram assim, que o sentido de pertencimento existia em relação à comunidade.

A apropriação do termo “comunidade” parte da necessidade que os sujeitos sentem de unir-se, de criar laços sociais por objetivos comuns. A sensação a ser criada é a de que “todos estão no mesmo barco”, assim todos sofrem das mesmas conseqüências. A integração não se faz somente por que se entende possuir alguma semelhança ou identidade, mas porque a necessidade de estar junto é sentida, compartilhando dos mesmos problemas e, assim, criando forças para superá-los.

Dessa forma, podemos entender que, numa perspectiva local, a comunidade se materializa. A comunidade está ali, independente de sua representatividade ou participação. No mesmo sentido, a comunidade se fortalece, pois, se não existirem

outras oportunidades de expressão, ao menos em grupo existe a possibilidade de ser representado, mesmo havendo a dificuldade de integrar todos os membros da comunidade numa mesma ação.

Nesse contexto, é possível compreender a comunidade como um importante campo de atuação para os assistentes sociais, para fortalecimento dos laços entre os sujeitos, bem como para o fortalecimento da própria comunidade. O Serviço Social pode atuar no “processo de fortalecimento das relações de identidade, autonomia, cidadania, pressão, autogestão, organização dos sujeitos individuais ou coletivos subalternos e oprimidos” (FALEIROS, 2000, p. 177).

O projeto profissional do assistente social revela-se comprometido com os movimentos sociais identificados com a transformação e com a justiça social, fundamentando-se no Código de Ética da profissão, cujos princípios básicos estabelecem a “opção por um projeto político profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero” (1993). Além disso, na Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, é de competência desse profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Art. 4º, item IX).

Isso faz compreender que a prática do Serviço Social desenvolve-se numa dimensão pedagógica (educação política, popular), à medida que se estabelece uma relação entre assistente social e usuário, onde os processos de conscientização, capacitação e organização se desenvolvam. Esses elementos são componentes que formam o conteúdo de uma ação efetiva, quando se realiza não uma prática qualquer, mas uma determinada prática, envolvida e comprometida com o real, propondo uma práxis. Práxis entendida como uma ação conjunta, onde usuários e assistentes sociais trabalhem conjuntamente as relações sociais concretas, no sentido de desencadear a participação.

Duas outras noções utilizadas neste trabalho foram a de movimento comunitário e a de movimento sociocomunitário. Na visão dos entrevistados, o termo "sociocomunitário" gerava algumas confusões, no sentido em que ele era utilizado das mais diversas formas, para designar diferentes elementos.

Nessa perspectiva, podemos perceber que os entrevistados apreendiam diferentemente a noção de movimento sociocomunitário, entendendo a sua ação limitada à comunidade. A noção diferente se dá na mesma proporção da atuação dessas

lideranças restrita à “comunidade” ou, num nível amplo, à cidade. Não se dão conta de que o movimento social normalmente exige amplitude de visão sobre as ações cotidianas, exige articulação dos grupos organizados, em busca de um ideal que é maior do que aqueles específicos de cada um. Esse ideal de mudança, de transformação, que transcende o local, o particular são as utopias que movem os sujeitos e orientam suas práticas, suas lutas, identificando-os com outros sujeitos, originando o que chamamos de movimento social.

São diferentes grupos que se criam como expressão da sociedade civil organizada, e que, por sua vez, configuram o movimento sociocomunitário, possuindo, em seu âmago, o potencial de construção e de realização desse movimento social, na luta pela transformação da sociedade.

Vislumbra-se, portanto, a necessidade de fomentar a construção de uma rede de relações entre os diversos grupos e organizações da vida associativa, para a construção de um movimento sociocomunitário fortalecido na luta pela participação nas mais diversas demandas da cidade. Nesse sentido, se faz necessário o aprofundamento teórico do movimento sociocomunitário, podendo assim contribuir para “iluminar” a prática desse movimento e vice-versa.

Com isso se pode entender que essa seja uma das demandas de atuação para o NESSOP – realizar essa aproximação, tanto com as lideranças, quanto com as comunidades, sendo esta a opção política da academia: estreitar a relação com as demandas populares. A aproximação pode se dar por meio do Curso de Formação de Lideranças Comunitárias, que já existe, mas que precisa de uma ampliação, principalmente na área de recursos financeiros. O Curso foi realizado em parceria com a UFECO, e teve como objetivo capacitar os participantes das associações de moradores e conselhos comunitários para uma intervenção qualificada no desenvolvimento do movimento sociocomunitário, nas suas relações com o próprio movimento e com as políticas públicas.

Portanto, entendo o NESSOP como um sujeito importante no contexto da luta empreendida na cidade pelo movimento sociocomunitário. Na sua busca pelo fortalecimento das organizações comunitárias, que estão comprometidas com as lutas sociais, referencia sua prática na democracia participativa, que privilegia a participação e o debate coletivo com os sujeitos sociais, a sociedade civil e a Universidade, visando uma transformação substantiva. Sendo que o Núcleo constantemente tem visto e revisto seu papel, reexaminando, por exemplo, seu papel no assessoramento à UFECO.

No decorrer da pesquisa, foi possível adquirir um maior entendimento a partir dos sujeitos entrevistados, de sua percepção em relação ao movimento sociocomunitário. É importante que os integrantes do movimento sociocomunitário, principalmente os líderes, tenham um conhecimento melhor a respeito do movimento onde estão inseridos, para que atuem nele como sujeitos políticos, buscando maior coerência entre o que pensam e o que fazem. Para que a ação dos mesmos não se torne meramente assistencialista, mas, sim, que fortaleça as organizações do movimento sociocomunitário, no sentido de contribuir com o processo de transformação social. Podemos perceber também na opinião do Sujeito 2 a formação das lideranças como uma necessidade.

[...] o movimento comunitário em Florianópolis, ele ainda precisa é de muita formação, de profissionalismo mesmo. (Sujeito 2)

Diante do exposto, gostaria de ressaltar que os assuntos abordados não se esgotam neste trabalho. Tendo em vista que a pesquisa “O movimento sociocomunitário em Florianópolis: perfil, sujeitos e expressões (1997-2006)”, em realização pelo NESSOP, da qual este trabalho de conclusão de curso faz parte, aprofundará alguns dos itens que foram aqui discutidos.

Por meio deste trabalho, pude perceber que o tema “movimento sociocomunitário” e tudo o que nele está envolvido traz muitos desafios para quem pesquisa, pois a cada tema examinado, surgia outro que precisava ser incluído no trabalho, com uma gama variada de conceitos dos diferentes autores.

Entendo que este trabalho de conclusão de curso contribuiu em minha formação, no sentido de que ele revela um campo profissional extremamente interessante e cheio de desafios, o que colabora para tornar o Serviço Social uma fonte de satisfação, quando se trabalha com o que se gosta.

REFERENCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desenvolvimento de comunidade e movimentos sociais. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 44. São Paulo: Cortez, 1998. p. 141-154

AVRITZER, Leonardo. **O novo associativismo Latino Americano e suas formas de publicização**: propostas para um desenho institucional. DCP, UFMG, mimeo, 1996.

AVRITZER, L.; RECÁMAN, M; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. IN: AVRITZER, L (org). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004

BEAL, George M.; BOHLEN, Joe M.; RAUDABAUGH, J. Neil. **Liderança e Dinâmica de Grupo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 10.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

BRASIL, República Federativa do. **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (1975/1979).

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In. SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs). **Uma revolução no cotidiano**: os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 214 a 245.

CARDOSO, Michelly Nezilda. O associativismo civil e o direito a cidade: desafios a práxis participativa. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Albuquerque. **Participação social no Brasil hoje**. Instituto Polis, 1998.

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960-1980). In: **Revista Katálisis**. n.1. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 13 a 30.

Comunidade não quer ser dividida. Floripamanhã. Florianópolis, 29 jun. 2006. Disponível em <floripamanha.org/weblog/2006/165/> acesso em 22.01.08

CORREA, Leonardo Alves; DIAS, Marcelle Fernandes. Estado e Sociedade Civil Organizada: notas sobre a evolução da relação entre o Estado e os movimentos sociais. In.: **Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito – CONPEDI**, 2007. www.conpedi.org/manuel/arquivos/anais/campos/leonardo_alves_correa.pdf - acessado em 08/02/08

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 7-91.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/ANPOCS, 1995.

_____. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1984.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 10, out. 1984. p. 24-30.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Aonde nos levam as diretrizes curriculares? In.: **Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. V.1, nº 2 (jul/dez). Brasília: ABEPSS, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREITAS, Mônica; SEIDLER, Vânia; GIULIATTE, Cláudia; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima; RIBEIRO, Eliane F. **Lideranças Comunitárias**: percepções que se (des) encontram num olhar sobre a realidade. Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto Alegre, 2004.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil** – características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política. UNB, 2006

GODOY, Arilda S. Pesquisa Qualitativa – tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, nº 3, mai/jun. 1995. p. 20-29.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. Relações comunitárias, relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 100-126.

HELLER, Agnes. **Teoria de las necesidades em Marx**. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

HELLER, Agnes; FEHER, Ferenc. **Sobre os instintos**. Lisboa: Presença, 1985.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: E.P.U.: EDUSP, 1980.

LUCHMANN, Ligia Helena Hanh. Subjetividade e democracia na organização da UFECO. In: **Revista Katálysis**. n.1. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 59 a 73.

_____. **Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)**. 1991. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

LUCHMANN, Ligia H. H.; NOBRE, Andriu; CARVALHO, Leonardo A. C.; MARTINS, Moreno S. Identidade e Diferenças no Movimento Comunitário de Florianópolis. In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria. (orgs) **Associativismo em Santa Catarina – trajetória e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 57 a 69.

MACHADO, Simone Matos. O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática. In.: **Revista Katálysis**. n.1. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 53-58.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. 8ª ed. São Paulo: Global, 1994.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MULLER, Kátia T. Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais. **Revista Katalysis**. nº 1/97, v. 01. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

_____. **Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais**. 1992. Dissertação (mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1992.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 100-126.

NAZZARI, Rossana Kátia; SILVA, José Otacílio da. Capital social e comportamento em Cascavel/PR. **Revista Venezuelana de Ciência Política**. Nº 28 / julho-dezembro 2005. p. 31-58

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular. Informativo, ano 1, número 1, 2001. Departamento de Serviço Social/UFSC.

NISBET, Robert A. Comunidade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs.). **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução a Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977. p. 255-262.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Petrópolis: Vozes/ISTA/PUC Minas, 2001.

PINHEIRO, Marina Brito. **As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres**: notas iniciais de pesquisa. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia – NPMS/UFSC, 2007.

PIRES, Catharina Eugenia Gonzaga. **O relacionamento entre Estado e Organizações Não-Governamentais**: a formulação e aprovação da Lei das Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Dissertação de Mestrado. UnB. 2006.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; CONFEA, 2004.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 58. São Paulo: Cortez, 1998. p. 41-71

RODRIGUES, Antonio Brito; COSTA, Nadia Maria Castilho da. A mobilização popular e comunitária para a implantação de programas de educação ambiental. In.: **Revista Teias**. Rio de Janeiro, ano 3, nº 6, jul/dez 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 35-53

_____. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 115-133

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (coord). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 41 a 56.

_____. **Organizações Voluntárias de Florianópolis**: cadastro e perfil do associativismo civil. Florianópolis: Insular, 1996.

_____. O caráter dos novos movimentos sociais. In.: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org). **Uma revolução no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 35-53

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria (orgs) **Associativismo Civil em Santa Catarina** – trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. **Democratização em Florianópolis**: resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí: Editora da Univali; Florianópolis, Diálogo, 1999.

SILVA, Ana Amélia da. **Religião e razão comunicativa**: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização. Dissertação de Mestrado. USP, 2002.

SILVA, Antonio Carlos Barbosa da; GOULART, Benedito Donizeti; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; SANTOS, Maria Teresa dos; RESCHILIAN, Paulo Romano e SOUZA, Régis Toledo de. A extensão universitária e as bases metodológicas da ação interdisciplinar. In: **Revista de Extensão Universitária**. Universidade de Taubaté. Ano I, nº 1. Taubaté, SP: UNITAU, 2003.

SILVA, Ronalda Barreto. Educação **Comunitária: além do Estado e do Mercado?** A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998). Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Os movimentos sociais. In: TOMAZI, Nelson Dacio (Coord.) **Iniciação a Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2000. p. 221-264.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

TELLES, Vera da Silva. **Movimentos Sociais**: Reflexões sobre a experiência dos anos 70. In.: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org). **Uma revolução no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 54-85.

TORO A., José Bernardo. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministérios da Justiça, 1997.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional.** O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Módulo 4. Brasília: CFESS – ABEPSS – CEAD/NED – UnB, 2000.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade.** São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

WITT, Fabiani Erli. **A pesquisa do perfil das entidades comunitárias filiadas a UFEÇO:** uma contribuição da prática de estágio curricular do curso de Serviço Social da UFSC. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 7 a 72.



ANEXO A

União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO

Utilidade Pública: Lei Municipal n. 3.399/90, Lei Estadual n. 9.622/94 – CNPJ 79.886.826/0001-50

Filiada à Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina - FAMESC

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO, pessoa jurídica de direito privado, de caráter associativo, sem fins lucrativos, com sede e foro em Florianópolis/SC, fundada em 14 de fevereiro de 1987, com prazo de duração indeterminado, é órgão de representação das entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros do município de Florianópolis.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS E FINALIDADES

Art. 2º São princípios da UFECO:

- I – autonomia e independência com relação a credos religiosos, a partidos políticos, ao poder público e a organizações privadas;
- II – a democracia como regra básica de funcionamento;
- III – liberdade na defesa de idéias ou propostas e unidade na execução das decisões da Entidade;
- IV – lutar contra todas as formas de discriminação, dominação, alienação e desrespeito aos direitos humanos e sociais;
- V – promover a organização dos moradores a partir de suas reivindicações e interesses, estimulando a participação dos interessados.

Art. 3º A UFECO tem como finalidade principal lutar pelas reivindicações da população, reunindo e congregando as entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros e outros núcleos habitacionais do município de Florianópolis, motivando-as a participar da conquista de melhores condições de vida, e como finalidades específicas:

- I – lutar pelas reivindicações das filiadas, democraticamente aprovadas;
- II – representar as entidades filiadas junto ao Poder Público e, junto às pessoas jurídicas de direito privado sempre que solicitado;
- III – promover o fortalecimento da organização do movimento comunitário em Florianópolis, a conscientização e mobilização da população;
- IV – apoiar as entidades filiadas nas suas necessidades e na realização de seus projetos;
- V – promover atividades e pesquisas que contribuam para melhor conhecimento da realidade;
- VI – conhecer e estimular formas solidárias de produção, que valorizem as potencialidades locais;
- VII – promover a defesa da cultura popular, do meio ambiente, dos direitos dos consumidores e dos direitos urbanos, por meio de ações judiciais ou extrajudiciais;
- VIII – buscar a democratização do Poder Público, a elaboração e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população;
- IX – articular com outras entidades comunitárias e movimentos populares a unificação das lutas;

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
IOLE LUZ FARIA - Oficial
MARIA FARIA DE SOUZA - Oficial Substituta
ISABEL FARIA DE SOUZA - Escrevente
LUCIANE ROSA DUARTE - Escrevente
ZILMA M. DUARTE EGER - Escrevente
Rua: Vidal Ramos, nº. 53 - Sala 106 - Ed. Cristal Center
Fone: (48) 222-1389/Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis/SC

2

X – celebrar convênios e contratos com entidades públicas e privadas visando à consecução dos objetivos da UFECO.

Art. 4º É vedado à UFECO praticar atividade político-partidária e acolher proselitismo.

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas

IOLE LUZ FARIA - Oficial
MARIA FARIA DE SOUZA - Oficial Substituta
ISABEL FARIA DE SOUZA - Escrevente
LUCIANE ROSA DUARTE - Escrevente
ZILMA M. DUARTE EGER - Escrevente
Rua: Vidal Ramos, nº. 53 - Sala 106 - Ed. Cristoi Center
Fone: (48) 222-1389/Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis/SC

CAPÍTULO III

FILIADAS

Art. 5º Pode filiar-se à UFECO a entidade comunitária representativa dos moradores de bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis, legalmente constituída como pessoa jurídica e em pleno gozo de seus direitos legais há mais de 90 (noventa) dias.

Art. 6º A qualidade de filiada é adquirida mediante a entrega à Secretaria Geral de requerimento acompanhado dos documentos necessários (estatutos, registro do estatuto em cartório há mais de 90 dias, CNPJ/MF, ata da eleição da Diretoria com mandato em vigor e endereço para correspondência) e aprovação pela Diretoria Executiva que para isso analisará os objetivos e a constituição da entidade;

§ 1º A Diretoria deliberará sobre as novas filiadas na reunião subsequente ao recebimento do requerimento.

§ 2º No caso de filiação até 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral deverá fazê-lo em 10 (dez) dias.

§ 3º Havendo irregularidade nos documentos apresentados para filiação, a interessada, para exercer o voto nas eleições, terá de suprir a lacuna até 17 (dezessete) dias antes do pleito.

Art. 7º As filiadas classificam-se em:

I – Fundadoras: todas as entidades comunitárias que participaram do 1º Congresso de Entidades Comunitárias de Florianópolis, realizado em 14 (quatorze) de fevereiro de 1987;

II – Efetivas: todas as entidades comunitárias que se filiaram nos termos do Estatuto.

Art. 8º As filiadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações da UFECO.

Art. 9º São direitos da filiada:

I – participar das atividades desenvolvidas pela UFECO;

II – ter seus representantes nas instâncias superiores, com direito de votar e ser votados;

III – propor aos diversos órgãos da UFECO, medidas que julgue de interesse comunitário;

IV – recorrer das decisões às instâncias superiores;

V – ter acesso às atas e contas da UFECO, desde que requerido por escrito;

VI – requerer a convocação extraordinária da Assembléia Geral da UFECO, conforme o § 2º do art. 17 deste Estatuto;

VII – desfiliar-se.

Parágrafo único. Não havendo decisão diversa da Assembléia Geral, ficam suspensos os direitos da entidade em débito com suas obrigações.

Art. 10. São deveres da filiada:

I – respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como não prejudicar, direta ou indiretamente, os princípios e finalidades da UFECO;

II – respeitar os membros da Entidade, colaborando quando solicitado;

III – comparecer, por seus representantes, às reuniões da Entidade;

IV – contribuir para que sejam desempenhados, com dedicação e honestidade, os cargos para os quais seus representantes forem eleitos;

V – satisfazer pontualmente as obrigações financeiras para com a UFECO;

VI – comunicar as alterações na composição de seus órgãos dirigentes e as mudanças de endereço.

Art. 11. Perde a condição de filiada a entidade que:

I – deixar de realizar eleições democráticas de seus órgãos dirigentes;

II – não participar de atividade da UFECO durante 5 (cinco) anos consecutivos;

III – não pagar a contribuição financeira à UFECO por dois anos ou mais.

Parágrafo único. Quando uma filiada encontra-se sem diretoria eleita, o direito de voto em assembleia ou eleição da UFECO poderá ser exercido por meio de delegados eleitos pela assembleia geral da filiada, registrada em ata com assinatura dos presentes. Da convocação desta assembleia a Diretoria da UFECO deverá ser comunicada em tempo hábil para que possa acompanhar sua realização.

Art. 12. A filiada que deixar de pertencer ao quadro de sócios não poderá reclamar restituição de qualquer contribuição que tenha feito.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS

Art. 13. São órgãos da UFECO:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal;

IV – Comissões de Trabalho.

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
IOLE LUZ FARIA - Oficial
MARIA FÁRIA DE SOUZA - Oficial Substituto
ISABEL FÁRIA DE SOUZA - Escrevente
LUCIANE ROSA DUARTE - Escrevente
ZILMA M. DUARTE EGER - Escrevente
Rua: Vidal Ramos, nº. 53 - Sala 106 - Ed. Cristal Center
Fone: (48) 222-1389/Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis/SC

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da UFECO.

Art. 14. Nas reuniões das instâncias da UFECO, é assegurado o direito à palavra a associado de filiada, podendo para tanto ser solicitado o credenciamento como representante.

Art. 15. Das decisões tomadas pelas instâncias da UFECO cabe recurso à instância superior, sem prejuízo das mobilizações pelas reivindicações.

Parágrafo único. Os recursos das decisões das Comissões de Trabalho serão dirigidas diretamente à Diretoria e os das decisões da Diretoria e do Conselho Fiscal à Assembleia Geral.

SEÇÃO I

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16. A Assembleia Geral é órgão soberano e instância máxima da UFECO.

Parágrafo único. Nas votações da Assembleia Geral cada filiada será representada por 3 (três) pessoas-votos;

Art. 17. As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de abril de cada ano.

§ 2º A Assembleia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria Executiva ou por um quinto das entidades filiadas.

Art. 18. A Assembleia Geral deverá ser convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, por meio da publicação de edital, indicando local, horário e pauta, no Diário Oficial do Estado e comunicação direta com as filiadas, por ofício.

Art. 19. A mesa coordenadora da Assembleia Geral será composta pelo Presidente da UFECO e dois secretários.

Parágrafo único. A Assembleia Geral convocada por um quinto das filiadas será coordenada por pessoas escolhidas pelas convocantes.

Art. 20. A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação com a presença de metade mais uma das filiadas, e em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de presentes.

Art. 21. Compete à Assembléia Geral:

- I – eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- II – debater amplamente os problemas comunitários, sem limitação de espécie alguma, observadas as regras estatutárias e as leis vigentes;
- III – propor soluções para os problemas comunitários junto ao Poder Público;
- IV – apresentar moções, votos de louvor e de repúdio;
- V – escolher ou coordenar a escolha de representantes das entidades comunitárias para integrar os Conselhos de Direito;
- VI – decidir sobre contribuições financeiras das filiadas;
- VII – aprovar as contas da Entidade;
- VIII – destituir dirigentes;
- IX – apreciar em grau de recurso e em última instância os casos que lhe forem submetidos;
- X – reformar o Estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos VII e IX é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em segunda convocação, com menos de um terço das filiadas (parágrafo único do art. 59 do Código Civil).

SEÇÃO II

DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22. A Diretoria Executiva da UFECO compõe-se de:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Secretário Geral;
- IV – 2º Secretário;
- V – Tesoureiro;
- VI – 2º Tesoureiro;
- VII – Diretor de Comunicação;
- VIII – Diretor de Cultura e de Lazer;
- IX – Coordenador Continente I;
- X – Coordenador Continente II;
- XI – Coordenador Maciço;
- XII – Coordenador Bacia Itacorubi;
- XIII – Coordenador Ilha Leste;
- XIV – Coordenador Norte I;
- XV – Coordenador Norte II;
- XVI – Coordenador Sul I;
- XVII – Coordenador Sul II.

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
 IOLE LUZ FARIA - Oficial
 MARIA FARIA DE SOUZA - Oficial Substituta
 ISABEL FARIA DE SOUZA - Escrevente
 LUCIANE ROSA DUARTE - Escrevente
 ZILMA M. DUARTE EGER - Escrevente
 Rua: Vidal Ramos, n.º. 53 - Sala 106 - Ed. Cristal Center
 Fone: (48) 222-1389/Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis/SC

Art. 23. Compete à Diretoria Executiva:

- I – executar as deliberações da Assembléia Geral;
- II – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, por ação coletiva e individual de cada diretor;
- III – reunir-se mensalmente e sempre que convocada;
- IV – prover as necessidades da Entidade;
- V – gerir as finanças e administrar o patrimônio, prestando contas anualmente e ao final do mandato;
- VI – elaborar e propor planos de ação;
- VII – organizar anualmente a Assembléia Geral, a fim de estudar e debater os problemas sócio-comunitários dos bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis e assuntos de interesse;

VIII – criar Comissões de Trabalho necessárias ao cumprimento das finalidades da UFECO, definindo seus objetivos, prazos de funcionamento e estrutura;

IX – aprovar contratos e convênios.

Parágrafo único. Obrigações financeiras superiores a valor equivalente a cinco vezes o salário mínimo vigente só poderão ser assumidas se aprovadas em Assembléia Geral.

Art. 24. Compete ao Presidente:

I – representar a Entidade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral na conformidade deste Estatuto, exceto no caso de convocação por um quinto das filiadas;

III – encaminhar os casos de urgência, submetendo-os à deliberação da Diretoria;

IV – assinar com o Tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de valores monetários;

V – superintender as atividades da Diretoria e das Comissões de Trabalho;

VI – observar fielmente este Estatuto e as deliberações da Entidade.

Art. 25. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo em suas atividades.

Art. 26. Ao Secretário Geral compete:

I – responsabilizar-se pelo livro de atas e demais documentos da Entidade;

II – lavrar as atas, na ausência de outro encaminhamento para a Diretoria;

III – coordenar as atividades da secretaria.

Art. 27. Ao Tesoureiro compete:

I – elaborar e propor políticas de arrecadação financeira para a UFECO;

II – responsabilizar-se pelo patrimônio da Entidade;

III – assinar com o Presidente os cheques e demais papéis relativos à movimentação de valores monetários;

IV – controlar a arrecadação das contribuições para a Entidade;

V – manter o livro caixa;

VI – elaborar o balanço anual e os movimentos patrimoniais;

VII – repassar e acompanhar a aplicação dos recursos a serem usados pelas Comissões de Trabalho.

Art. 28. Ao 2º Secretário e ao 2º Tesoureiro compete auxiliar respectivamente o Secretário Geral e o Tesoureiro, bem como substituí-los nos impedimentos e vacâncias.

Art. 29. Ao Diretor de Comunicação compete elaborar, propor e coordenar a execução de políticas de comunicação da UFECO.

Art. 30. Compete ao Diretor de Cultura e de Lazer:

I – elaborar e propor políticas para a área de cultura, formação, lazer e esportes;

II – responsabilizar-se pela organização dos eventos e projetos da Entidade na área;

III – difundir no meio comunitário práticas que levem aos objetivos definidos para a área.

Art. 31. Compete aos Coordenadores:

I – trazer para a Diretoria e representar, dentro dos limites das resoluções da UFECO, as proposições das filiadas da sua região;

II – informar as filiadas da sua região sobre as decisões e atividades da UFECO;

III – responsabilizar-se pela iniciativa no diagnóstico do quadro local e no encaminhamento de soluções em conformidade com as decisões da UFECO;

IV – incentivar as entidades locais e fortalecer a organização comunitária regional.

Registro Civil, Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
 MARIA FÁBIA DE SOUZA - Oficial
 ISABEL MARIA DE SOUZA - Oficial Substituto
 EUSTÂNE ROSA DUARTE - Escrevente
 ZILMA M. DUARTE EGER - Escrevente
 Rua: Vidal Ramos, nº. 53 - Sala 106 - Ed. Cristal Center
 Fone: (48) 222-1389/Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis/SC

SEÇÃO III

CONSELHO FISCAL

Art. 32. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em Assembléia Geral, para mandato coincidente com o da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal não poderão integrar a Diretoria Executiva.

Art. 33. É atribuição do Conselho Fiscal:

I – analisar e emitir parecer sobre as prestações de contas da UFECO;

II – apurar irregularidades que esteja observando no trabalho da Diretoria e das Comissões.

SEÇÃO IV

COMISSÕES DE TRABALHO

Art. 34. As Comissões de Trabalho serão integradas por associados das filiadas, com o fim específico de elaborar proposta ou implementar resolução da UFECO.

Art. 35 – As Comissões de Trabalho serão eleitas pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, que definirão suas atribuições, período de atuação e organização interna.

CAPÍTULO IX

ELEIÇÕES

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
IOLE LUZ FARIA - Oficial
MARIA FÁRIA DE SOUZA - Oficial Substituto
ISABEL FÁRIA DE SOUZA - Escrivente
LUCIANE ROSA DUARTE - Escrivente
ZILMA M. DUARTE EGER - Escrivente
Ruc: Vidal Ramos, nº. 53 - Sala 106 - Ed. Cristal Center
Fone: (48) 222-1389/Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis/SC

Art. 36. A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral no mês de setembro dos anos ímpares, para um mandato de dois anos.

Art. 37. Terá direito a voto a entidade que requerer sua filiação ou atualizar seu cadastro junto à UFECO até 30 dias antes da data da eleição.

Art. 38. A Assembléia Geral ou a Diretoria decidirá sobre o processo eleitoral e publicará, com 30 dias de antecedência, o edital de convocação.

§ 1º A reunião da instância referida no *caput* deste artigo aprovará o Regimento e a Comissão Eleitorais, esta composta por cinco pessoas.

§ 2º Membros das chapas concorrentes não poderão integrar a Comissão Eleitoral;

§ 3º A comunicação direta com as filiadas (art. 19) obedecerá ao prazo de 20 dias anteriores à data das eleições.

Art. 39. Só pode candidatar-se pessoa associada a entidade comunitária filiada à UFECO.

Art. 40. Admitir-se-á apenas uma reeleição para o mesmo cargo, no mandato subsequente, e apenas metade dos membros da Diretoria poderão ser reeleitos.

Art. 41. O integrante da Diretoria e do Conselho Fiscal da UFECO que se candidatar a cargo público eletivo no poder legislativo deverá afastar-se do cargo da Entidade no período entre o registro da candidatura e a proclamação do resultado do pleito, e no caso de ser eleito o afastamento perdurará até o final do mandato.

Parágrafo único. Também ficará afastado da Diretoria o nomeado para cargo comissionado de gerência no poder executivo.

Art. 42. As candidaturas aos cargos da Diretoria serão apresentadas em forma de chapa, contendo os nomes e os respectivos cargos, em requerimento assinado por membro representante do grupo e responsável pelas informações contidas no documento.

Art. 43. A candidatura de liderança comunitária ao Conselho Fiscal será individual, cabendo a cada eleitor direito de voto em até 3 (três) candidatos, ficando eleitos os 3 (três) mais votados e suplentes os seguintes.

Art. 44. São atribuições da Comissão Eleitoral:

I – até 14 dias antes do pleito, confeccionar e fornecer às filiadas que solicitarem listagem das aptas a exercer o direito de voto nas eleições;

II – receber, até 14 dias antes do pleito, a inscrição de chapa, atribuindo-lhe número sequencial na ordem cronológica de inscrição, e de candidatura ao Conselho Fiscal;

III – até 13 dias antes do pleito, dar publicidade aos requerimentos de inscrição recebidos;

IV – nomear os mesários de votação e apuração, que deverão realizar seu trabalho de forma isenta e eficiente;

V – admitir e credenciar fiscais das chapas;

VI – coordenar o processo eleitoral e decidir os casos omissos.

Art. 45. A impugnação de chapa ou candidatura será requerida, ~~com os recursos, à~~ Comissão Eleitoral até 72 horas após o encerramento das inscrições de chapas.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deliberará em igual prazo e dará publicidade à decisão.

Art. 46. Cédula única de votação apresentará todas as candidaturas.

Art. 47. A Assembléia Geral eleitoral poderá ser aberta pelo Presidente da UFECO na forma deste estatuto, cabendo a coordenação do processo eleitoral à Comissão Eleitoral.

Art. 48. Declarar-se-á eleita a chapa que obtiver maior número de votos, sendo os eleitos empossados em no máximo 30 dias.

Art. 49. Na vacância de cargo de Coordenador, o voto de dois terços das filiadas da região em questão elegerá um outro para concluir o mandato.

Art. 50. No caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, assumirá o Presidente do Conselho Fiscal que em 30 dias convocará a Assembléia Geral para deliberar sobre o período restante do mandato.

Art. 51. Na vacância de cargo de diretor, exceto o de Presidente, Vice-Presidente e Coordenador, até dois por mandato, será eleito um novo titular pela Diretoria, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Art. 52. Não poderá candidatar-se a qualquer cargo na UFECO:

I – aquele que descumprir o presente Estatuto;

II – o declarado culpado por ato lesivo à UFECO, a filiada ou ao patrimônio público, praticado no exercício de cargo da Entidade ou de filiada, mesmo que tal condenação seja oriunda da esfera administrativa.

Parágrafo único. O abrangido pelo inciso II deste artigo perde o direito de votar enquanto não sanada a irregularidade ou paga a pena.

Art. 53. Todos os documentos relativos ao processo eleitoral serão reunidos em autos que ficarão sob a guarda da Comissão Eleitoral e permitido o acesso das chapas e entidades filiadas.

CAPÍTULO X

PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

Art. 54. O patrimônio da UFECO é constituído de:

I – bens móveis e imóveis adquiridos por compra ou doação e seus rendimentos;

II – contribuições das filiadas;

III – contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, ou de promoções;

IV – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

V – títulos diversos;

VI – subvenções oficiais.

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
IOLE LUZ FARIA - Oficial
MARIA FÁRIA DE SOUZA - Oficial Substituto
ISABEL FÁRIA DE SOUZA - Escrevente
LUCIANE ROSA DUARTE - Escrevente
ZILMA M. DUARTE EGER - Escrevente
Rua: Vidal Ramos, nº 57 - Santa Helena - Florianópolis/SC
Fone: (48) 223-0131 - Fax: (48) 223-0131 - E-mail: Center@ufeco.org.br

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55. Na UFECO, os votos serão exercidos pessoalmente, correspondendo apenas um a cada pessoa.

Parágrafo único. A representação de diferentes entidades filiadas não poderá recair sobre a mesma pessoa.

Art. 56. As deliberações das instâncias da UFECO serão tomadas pela maioria dos presentes e lavradas em ata.

Art. 57. A Assembléia Geral pode conhecer sobre assuntos de competência da Diretoria e deliberar sobre eles.

Art. 58. O exercício de função de dirigente da UFECO não será remunerado.

Art. 59. No caso de desrespeito ao presente Estatuto, a Diretoria poderá aplicar pena de crítica pública, por meio de decisão fundamentada e escrita, assegurado o direito de defesa à entidade infratora.

Art. 60. À filiada que infringir o presente Estatuto será aplicada pena de exclusão por decisão da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, respeitado o direito de defesa.

Art. 61. Por decisão da Assembléia Geral, o dirigente da UFECO que cometer irregularidade poderá ser destituído do cargo que exerce ou da condição de representante.

§ 1º A decisão prevista no *caput* deste artigo deverá ser antecedida de processo iniciado por requerimento assinado por no mínimo 3 (três) dirigentes ou filiadas.

§ 2º O processo previsto no parágrafo anterior será conduzido por uma comissão apuradora que assegurará o direito de defesa ao acusado.

Art. 62. Perderá o cargo quem não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas sem justificativa formal aceita pelo órgão do qual faz parte.

Parágrafo único. A referida justificativa deverá ser formalizada por meio de comunicação escrita ou registro em ata.

Art. 63. A UFECO só poderá ser dissolvida quando se tornar impossível o prosseguimento de suas atividades, por decisão de Assembléia convocada para esse fim, com a presença de 50% (cinquenta por cento) das filiadas e com 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

Parágrafo único. A mesma Assembléia Geral decidirá sobre a destinação do patrimônio, que deverá ser repassado a entidade do Município com finalidades semelhantes às da UFECO.

Art. 64. A eleição da próxima Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada em 08/11/2003, deixando de se aplicar neste ano o artigo 36 acima.

Art. 65. O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Florianópolis, 23 de agosto de 2003.

Albertina da Silva Souza
 Albertina da Silva Souza
 Presidente

Modesto Azevedo
 Modesto Azevedo
 Secretário

TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
 IOLE LUZ FARIA

Certifico para os devidos fins que, o presente
 parte integrante a ATA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁ-
 ria em 23/08/03, devidamente registrada sob nº
 folhas 167, no livro A-41, em data de 04/09/03.
 a Verdade e não fê.

Nadir Cardoso dos Santos
 Nadir Cardoso dos Santos
 OAB/SC 13289

REG. CIVIL TIT. E DOC. PESSOAS JURÍDICAS
 1º SUB. DISCRIT.
 FLORIANÓPOLIS
 04/09/03

APENDICES

APENDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP**

QUESTÕES PARA ENTREVISTA DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

1. Ingresso no Movimento

Quais foram as circunstancias que o levou a participar da associação de moradores / conselho comunitário ou UFECO? Como se deu seu ingresso?

2. Percepção do sujeito acerca do movimento sócio-comunitário

O que é para você o movimento sócio-comunitário? Quais são seus objetivos?

3. Significado da participação na vida do sujeito

Qual o significado da participação no movimento em sua vida?

APENDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP

LEVANTAMENTO DO PERFIL DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS FILIADAS A UFECO

1. Nome: _____ Sexo: _____
2. Endereço: _____
3. Telefone: _____ 4. E-mail: _____
5. Data de Nascimento: ____/____/____ 6. Naturalidade: _____
7. Estado Civil: Solteiro (☐) Casado (☐) Divorciado (☐) Viúvo (☐) Outro: _____
8. Escolaridade: (☐) Ens. Fund. (até 4ª Série) (☐) Ensino Médio
(☐) Ens. Fund. (até 8ª Série) (☐) Superior
9. Religião: _____
10. Ocupação Atual: _____
11. Profissão: _____
12. Associação / Conselho Comunitário: _____
13. Sede: (☐) Própria (☐) Casa Presidente / Diretoria (☐) Outro: _____
14. Endereço: _____ Tel.: _____
15. E-mail: _____
16. Há quanto tempo exerce o cargo: _____

Desenvolveu alguma atividade com Assistente Social no Movimento Comunitário: (☐) Sim (☐) Não

Qual atividade: _____

Caso afirmativo: Quando: _____

Com quem: _____

De qual instituição: _____

Participação em eventos da UFECO:

(☐) Assembléia Geral – julho/2007;

(☐) Floripa Real – julho/2007;

(☐) Seminários Regionais “O Direito a Cidade e o Plano Diretor de Fpolis” – junho e junho/2007